



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

THAÍSA TEIXEIRA TAVARES

**INVENTARIANDO FONTES, CONHECENDO OS JARDINS DE
INFÂNCIA EM BRASÍLIA 1960-1970**

**Brasília-DF
2022**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

THAÍSA TEIXEIRA TAVARES

**INVENTARIANDO FONTES, CONHECENDO OS JARDINS DE
INFÂNCIA EM BRASÍLIA 1960-1970**

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial e insubstituível para a obtenção do título de Pedagoga pela Universidade de Brasília.

Orientadora:

Profa. Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa

**Brasília-DF
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ti Teixeira Tavares, Thaísa
 INVENTARIANDO FONTES, CONHECENDO OS JARDINS DE INFÂNCIA
EM BRASÍLIA 1960-1970. / Thaísa Teixeira Tavares;
orientador Etienne Baldez Louzada Barbosa. -- Brasília,
2022.
 66 p.

 Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de
Brasília, 2022.

 1. Jardim de infância. 2. Fontes. 3. Inventário. 4. Plano
de Construções Escolares. I. Baldez Louzada Barbosa, Etienne
, orient. II. Título.



INVENTARIANDO FONTES, CONHECENDO OS JARDINS DE INFÂNCIA EM BRASÍLIA 1960-1970

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial e insubstituível para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Aprovado em

Profa. Dra. Etienne Baldez Louzada Barbosa – MTC/FE
Orientador

Profa. Dra. Ireuda da Costa Mourão – MTC/FE
Examinadora

Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos – TEF/FE
Examinador

Prof. Patrick Antunes Menezes – MTC/FE
Suplente

Dedico este trabalho a Deus, pois sem Ele nada sou. Pela sua infinita bondade e misericórdia para comigo e por estar sempre ao meu lado, me guiando e capacitando para a escrita deste trabalho.

“Senhor, meu Deus, eu te darei graças para sempre”.

Salmos 30,12

AGRADECIMENTOS

Quero primeiro agradecer a Deus por ter me permitido chegar até aqui, sem ele eu nada sou e nada teria alcançado.

À minha mãezinha celeste por estar sempre à frente dos meus caminhos, intercedendo por mim e por ter sido meu sustento e abrigo em muitos momentos de angústia.

A toda a minha família, em especial minha mãe Graça, meu Pai Arlindo e meu irmão André por me apoiarem, incentivarem e acreditarem em mim mais que eu mesma em todos os momentos e por não ter medido esforços para me auxiliar na conclusão e realização deste sonho. Sem dúvidas eles são as minhas maiores motivações e é por eles que eu me esforço tanto!

Agradeço a minha família São José Operário, que desde da infância me acompanha, torce e reza pelos meus ideais.

Aos meus amigos e amigas, ao qual são muitos, por suas palavras de apoio, de encorajamento, de companheirismo, de força e amparo para continuar a trilhar esse caminho. Obrigada Amanda, Lucas, Luan, Letícia, Marisa, Kristy, Mirely, Sabrina, Giovanna, Gabryella, Gabriela, Enya, Eloisa, Milena, Bianka, Marianna e Lucas Felipe. Agradeço em especial a minha amiga irmã, confidente e gêmea Rayane por ser meu apoio e estar comigo nos momentos de tristeza e também de alegria e por sempre me auxiliar e me incentivar a nunca desistir!

Agradeço a todos os meus docentes desde da tia Flavianne minha primeira professora até a minha amada e maravilhosa orientadora Etienne por cada ensinamento, por cada incentivo, pelo apoio, por ter acreditado em mim desde o princípio no projeto 3 em 2019 e por sua insistência com a aprendizagem, me mostrando que somos capazes de mudar o mundo por meio da educação.

A Universidade de Brasília por me proporcionar experiências, vivências, momentos, oportunidades, e pelos professores que acompanharam e contribuíram de alguma maneira para a minha formação.

E a todos que indiretamente ou diretamente torcem ou torceram por mim, obrigada!

“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra. ”

Anísio Teixeira

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e sossega. O que ela quer da gente é coragem”

Guimarães Rosa

“Diferentemente dos filósofos e literatos, nós, historiadores, devemos dispor de evidências para sustentar nossos argumentos, e não podemos simplesmente extraí-las de nossa cabeça. Nós as extraímos, sim, das caixas dos arquivos”.

Darnton

“[...] não que, por nós mesmos, sejamos capazes de pensar alguma coisa, como se Partisse de nós; pelo contrário, a nossa suficiência vem de Deus [...]”

2 Coríntios 3,5

“Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...”

Rubem Alves

“Enquanto houver vontade de lutar, haverá esperança de vencer.”

Santo Agostinho

“Que poderei retribuir ao Senhor Deus por tudo aquilo que ele faz em meu favor?”

Salmo 115

“Nada te perturbe, nada te assuste, tudo passa. Deus nunca muda. A paciência tudo alcança. Quem a Deus tem, nada lhe falta. Só Deus basta!”

Santa Tereza d’Avila

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo central compreender a organização do ensino pré-primário em Brasília (1960-1970) a partir dos documentos disponibilizados nos Arquivos do DF que se encontram em instituições públicas e privadas desta cidade. Entendendo que esses documentos são possíveis fontes históricas para a escrita da história da educação infantil no Distrito Federal, considerando a organização do sistema educacional de ensino frente a inauguração da capital do país até a sua primeira década de existência. Trata-se de uma pesquisa historiográfica que parte de um problema para a construção de uma interpretação, buscando indícios, pistas e vestígios do passado. Assim, a questão que norteia esse trabalho é que conhecimentos sobre a organização dos jardins de infância em Brasília é possível apurar por meio do inventário de fontes? Com isso, o caminho metodológico realizado foi primeiro ir até as páginas dos arquivos disponibilizados no DF com acervos que podem ser acessados pela internet, visto que essa pesquisa se construiu em um período pandêmico causado pela Covid-19. A busca foi realizada nos arquivos da Biblioteca Central da UnB, na Biblioteca do INEP, no Museu de Educação do Distrito Federal e no Arquivo Público do DF; foi construído um inventário onde todos os documentos que abordavam sobre o tema foram catalogados e inseridos em banco de dados específicos. Logo depois, foi feita uma pesquisa nas bases de pesquisas acadêmicas para encontrar estudos que também se voltavam para esse assunto. O trabalho se divide em dois capítulos, tendo o primeiro a intenção de apresentar sobre o inventário, as fontes, os documentos e o banco de dados da pesquisa e fazer um panorama geral sobre a educação pré-primária nessa primeira década de existência. E o segundo, o intuito é construir narrativas sobre alguns temas elencados utilizando as próprias fontes como bases desses caminhos, assim utiliza-se o Plano de Construções Escolares, a arquitetura moderna observada no livro da Fundação Educacional do Distrito Federal, os trâmites legais ligados à constituição do sistema escolar (leis, decretos, atas de reunião e base legal diversas) e também sobre os indícios que as docentes utilizavam manuais orientadores para atuarem no campo de trabalho. Além disso, houve entrevistas e várias reportagens e notícias que trataram não só desses temas, mas de outros. E como resultados esta pesquisa revelou várias interpretações que devem ser investigadas em trabalhos futuros, entre eles, a investigação das práticas pedagógicas, os métodos, metodologias e recursos utilizados nessas escolas, entender sobre quem eram essas crianças que frequentavam esses jardins de infância, saber sobre a formação das docentes que atuaram nesta cidade entre tantos outros assuntos que as fontes levantaram.

Palavras-chave: Jardim de infância. Fontes. Inventário. Plano de Construções Escolares.

ABSTRACT

The main objective of this work is to understand the organization of pre-primary education in Brasília (1960-1970) from the documents available in the DF Archives that are in public and private institutions in this city. Understanding that these documents are possible historical sources for writing the history of early childhood education in the Federal District, considering the organization of the educational system of education in the face of the inauguration of the country's capital until its first decade of existence. It is a historiographical research that starts from a problem for the construction of an interpretation, looking for clues, clues and vestiges of the past. Thus, the question that guides this work is what knowledge about the organization of kindergartens in Brasília is possible to ascertain through the inventory of sources? With this, the methodological path taken was first to go to the pages of the files available in the DF with collections that can be accessed on the internet, since this research was built in a pandemic period caused by Covid-19. The search was carried out in the archives of the Central Library of UnB, in the Library of INEP, in the Museum of Education of the Federal District and in the Public Archive of the DF; an inventory was built where all documents that addressed the topic were cataloged and entered into specific databases. Soon after, a search was carried out in the academic research bases to find studies that also addressed this subject. The work is divided into two chapters, the first of which is intended to present the inventory, sources, documents and the research database and provide an overview of pre-primary education in its first decade of existence. And the second, the intention is to build narratives on some themes listed using the sources themselves as bases of these paths, so the School Construction Plan is used, the modern architecture observed in the book of the Educational Foundation of the Federal District, the legal procedures linked to the constitution of the school system (laws, decrees, meeting minutes and various legal basis) and also on the indications that the teachers used guiding manuals to work in the field of work. In addition, there were interviews and several reports and news that addressed not only these topics, but others. And as a result, this research revealed several interpretations that should be investigated in future works, among them, the investigation of pedagogical practices, the methods, methodologies and resources used in these schools, understanding who these children were who attended these kindergartens, knowing about the training of teachers who worked in this city, among many other issues raised by the sources.

Keywords: Kindergarten. Sources. Inventory. School Building Plan.

LISTA DE QUADROS E IMAGENS

Imagem 1: Planta do Plano Piloto de Brasília – 1960.....	43
Imagem 2: Planta baixa do Jardim de Infância 21 de Abril e fotografia da fachada do Jardim de Infância 21 de Abril.....	52
Quadro 1: Plataforma de trabalhos científicos.....	21
Quadro 2: Fundos do Arquivo Público do Distrito Federal.....	32
Quadro 3: Demonstrativo da organização das fontes encontradas.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ArPDF-Arquivo Público do Distrito Federal
BBE -Bibliografia Brasileira de Educação
BCE-Biblioteca Central da UnB
BDM-UnB-Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília
BNCC-Base Nacional Comum Curricular
CASEB-Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília
CB-Correio Braziliense
CIAM-Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CODEARQ- Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
DCNEI-Diretrizes Curriculares para Educação Infantil
DNCr - Departamento Nacional da Criança
DEPHA- Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico
DF-Distrito Federal
FEDF-Fundação Educacional do Distrito Federal
GDF - Governo do Distrito Federal
INEP-Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
JK-Juscelino Kubistchek
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEBP-DF- Memória da Educação Básica Pública no Distrito Federal
MUDE-Museu da Educação do Distrito Federal
NOVACAP- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Governo do Distrito Federal.
PABAE - Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar
PORTAL CAPES- Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
RBEP- Revista Brasileira de estudos Pedagógicos
SEC- Secretaria de Educação e Cultura
SciELO- Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

MEMORIAL	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - Vestígios da pré-escola por meio de um inventário	25
1.1. Locais institucionais onde se educavam as crianças no Brasil: uma constituição histórica que culmina com o olhar para a década de 1960	27
1.2. Os Arquivos que permitem a constituição de um inventário de fontes sobre a pré-escola em Brasília	30
1.3 Tipos de fontes	39
CAPÍTULO 2 - DOCUMENTO INVENTARIADO, TEMA ENCONTRADO: ENTENDENDO OS JARDINS	42
2.1.A organização do sistema de educação das crianças pequenas no DF	46
2.2 Materialidade arquitetônica: o que as fontes demonstram sobre os jardins	51
2.3 As professoras e as práticas nos Jardins de Infância	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	61

MEMORIAL

Para iniciar o meu memorial é impossível não começar por aqueles que me trouxeram ao mundo: Meus pais. Sou filha de Arlindo Alves Tavares e Maria das Graças Teixeira de Souza Tavares. Um goiano que se mudou para Brasília apenas com um mês de nascido e uma mineira que se mudou para Brasília em 1996 com 21 anos a fim de ter oportunidades melhores na capital do país. Aqui houve o encontro, a paquera e o namoro logo após descobrirem que estavam grávidos de mim, se casaram em março de 1999 e em 26 de julho do mesmo ano eu nasci, Thaísa Teixeira Tavares.

As lembranças marcantes que tenho da minha infância são poucas, todas bem saudosas e nostálgicas entre elas cabe citar as viagens para fazenda dos meus avós em Arinos MG, lá eu andava a cavalo, dava comida para as galinhas via meu avô tirar o leite da vaca. E lembro vagorosamente de uma reza que meus avós faziam de São Sebastião onde produziam biscoitos, bolos, pão de queijo, doces, sucos, cafés e almoço para muita gente. Era um momento tradicional de fé e de reunião da minha família, como isso era bom.

Outra coisa que me recordo bastante foi sobre uma época em que meu pai ficou desempregado e acabou assumindo todas as responsabilidades de casa. Foi um momento muito importante de criação de vínculo e elo afetivo entre mim e os cuidados dele, vejo que isso impactou no meu crescimento e desenvolvimento, desconfio que por isso que até hoje eu sou apaixonada por ele e o considero meu herói.

Minha vida escolar iniciou-se no CEI 02 de Taguatinga, o meu processo de inserção ao ambiente institucional escolar foi bem difícil, hoje consigo ver as causas disso, primeiro porque sempre fui muito apegada com meus pais. Nunca fui uma criança extrovertida, era muito tímida e envergonhada. Segundo porque, aquele era um ambiente totalmente novo, desconhecido e temido para mim, então as crises de choro foram frequentes nesse primeiro ano escolar a ponto de muitas vezes eu entrar em desespero. Mas, isso foi mudando ao longo do tempo porque fui me acostumando com aquele ambiente e principalmente por conta da minha professora, a tia Flavianne. Essa pessoa foi um anjo e meu grande amor de infância, tudo que eu queria era ser igual a tia Flavianne. Queria ter três filhos igual a ela, o nome da minha filha seria igual ao nome dela entre tantas outras coisas que eu queria que fosse idêntica a professora. E no segundo ano da educação infantil ela resolveu acompanhar a turminha, então, o amor só aumentou assim como o apego. Eu falo que ali iniciou o meu amor pela profissão docente e pela educação, ela conseguiu deixar a semente plantada no meu coração.

No final do meu primeiro ano escolar, tive outra grande surpresa, recebi a notícia que minha mãe estava grávida novamente. Fiquei muito feliz, contente e doida para ter uma irmã, mas, era um irmão (kkkkkkkkkkkkkk) tive que aceitar, era o que tinha. Em maio de 2005 nasceu meu irmão André, esse sem dúvidas foi um grande marco na minha vida pois, com ele tive a oportunidade de viver mais um processo de amadurecimento, de cuidado, de divisão de atenção e amor fraterno único que não cabe nem mencionar aqui. Com ele passei por vivências, experiências, momentos que estarão sempre em nossos corações...

Fui crescendo e segui para o Ensino Fundamental I em outra escola pública de Taguatinga. Sempre fui uma aluna muito dedicada e comprometida com meus estudos, fruto de uma criação recebida que prezava pelos estudos como fator prioritário. Ao longo da minha jornada educacional tive excelentes professores e a maioria deles são minhas inspirações até hoje. Aqui não posso deixar de citar uma outra professora que se sobressaiu no meu caminhar: a tia Maricélia, minha professora do quinto ano, ela foi outra profissional que me fez ser apaixonada pela arte de aprender e ensinar. E até hoje me ajuda, me incentiva e está sempre acreditando e me mostrando que sou capaz!

Parti para o Ensino Fundamental II temerosa pois um novo desafio estava por vir, uma fase nova, tive que me dedicar ainda mais para conseguir superar as dificuldades. O obstáculo agora era conseguir dar conta de 10 matérias e acompanhar os 10 diferentes professores. Não sei se era porque eu estava na adolescência, mas, nessa etapa eu já não tinha o mesmo ânimo e não conseguia enxergar as coisas no geral com tanto amor. As lentes de encantamento proporcionados na educação infantil e ensino fundamental I mudaram, nada tinha a mesma graça. Tive grandes professores, entendia que a educação era importante, mas já não tinha aquele amor por essa área, acabei sendo desestimulada a lutar pela educação nessa fase.

Cheguei ao Ensino Médio, cursei no CEMTN escola pública cobiçada de Taguatinga e lá consegui me encontrar novamente. Eu gostava muito de história e principalmente de estudar a História do Brasil e de Brasília, esses eram meus conteúdos favoritos desde do ensino fundamental. Nesta instituição, tive uma professora de história chamada Ana Mariza, que realizou um projeto sobre Brasília onde abordava a história, a geografia e várias obras do PAS e como culminância deste projeto fizemos um tour por vários pontos da capital e em cada espaço que parávamos um aluno era convidado a explicar a história daquele lugar. Esse projeto me marcou tanto e aumentou o amor que eu já tinha por esse quadradinho. E ali começou novamente a brotar a sementinha da educação. O meu sonho de ser educadora iniciado na educação infantil começa a entrar no meu coração. Posso dizer que toda a equipe pedagógica

do CEMTN nos incentivava a seguir os nossos sonhos... seja ele qual fosse, precisamos lutar e acreditar que eles eram possíveis. Por isso, a escola promovia muitos projetos com diferentes finalidades a fim de contemplar todas as áreas possíveis para nos incentivar e nos mostrar que era sim possível mudar o mundo através da educação. Aqui cabe citar os professores Carliton, Evenilson, Rogério, Kátia, Liliane, Guilherme, Angela, Renata, Zionora, Ana Lúcia, Adriana e Jota Junior. No final de 2017, eu chorava por ter que sair daquela escola..., mas sai com uma determinação: queria ser professora e através da minha profissão transformar vidas como a minha foi transformada e assim cheguei à graduação. Consegui passar no PAS e então ingressei no curso de pedagogia da UnB.

Hoje olho para trás e vejo que não tinha a total dimensão do que era realmente ser pedagoga e principalmente estudar em uma Universidade Federal. Entrei meio perdida no curso, mas, ao mesmo tempo, bem convicta de que eu amava a educação e estava no caminho certo. Ao longo do caminho tive a oportunidade de cursar várias disciplinas. Me apaixonei por várias, me encontrei em muitas (kkkkk) uma das muitas que me chamou atenção foi história da educação com o professor Juarez José, acho que porque sou ratinha de história. Nele houve a apresentação de temas sobre a historiografia da infância do Distrito Federal. Ali o coração já começou a bater mais forte, comecei a me interessar e ver que era possível estudar esse tema na graduação. Depois tive a oportunidade de cursar a disciplina de Projeto 3 onde conheci a professora Etienne, lá eu pesquisei sobre o surgimento dos jardins de infância em Brasília nas décadas de 1960-1970 tema que até hoje é meu objeto de estudo. E foi aqui, que eu me encontrei. Depois disso, iniciei o PIBIC fase I e fase II com a mesma professora.

Entre todas essas matérias da UnB, iniciei os estágios, no meu caso os não obrigatórios primeiro. Esse foi outro divisor de águas na minha formação, através dele confirmei o meu amor pela profissão que eu escolhi, consegui enxergar na prática o que é ser pedagogo e como deve acontecer as mediações entre conhecimento teórico-prático, saber aplicar os saberes recebidos na faculdade e a prática que acontece na escola. Fiz 3 estágios em diferentes instituições de Brasília, todas de grande porte e escolas renomadas, em todas eu tive oportunidade de trabalhar com Educação Infantil e somente uma eu pude estagiar com o Ensino Fundamental I, foi aí que eu confirmei mais uma vez que a minha área é pré-escola, ou seja, a educação infantil.

Hoje me sinto feliz, realizada, orgulhosa e nostálgica por finalizar mais uma etapa importante da minha vida, pois sou a primeira da família a ingressar e concluir uma graduação na Universidade Federal. Sei que muitos desafios estão por vir na minha profissão, mas, me

sinto capaz de defender a educação e dar o meu melhor para que ela aconteça de forma eficiente, eficaz, empática e transformadora. Baseada em minhas trajetórias de vida, de formação acadêmica, de experiências, vivências, e de identificação pessoal direciono o meu olhar para a primeira etapa da educação básica. A intenção é aprofundar os conhecimentos sobre a Educação infantil e historiografia da infância no Distrito Federal, apresentando os arquivos do DF e as fontes inventariadas que permitem construir uma narrativa histórica sobre a educação pré-escolar em Brasília Assim como elencar as questões/concepções que comparecem nas fontes inventariadas encontradas durante a pesquisa. Por isso, componho o grupo de pesquisa juntamente com a Professora Etienne, a fim de entender melhor como se deu todo esse processo de educação de crianças pequenas aqui no Distrito Federal juntamente com a inauguração da capital do país. Deixo aqui o convite para a leitura dessa minha interpretação histórica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge da minha impulsão em projetos de pesquisa ao longo da graduação e a vivências em algumas disciplinas como: Educação Infantil, História da Educação, História da Educação Brasileira, Infância Criança e Educação, Projeto 3- Historiografia da infância no Distrito Federal fase I e fase II além, dos projetos de Iniciação Científica na área de História da Educação. Tais incursões me levaram a tentar compreender, numa perspectiva histórica, como as crianças pequenas eram educadas no Distrito Federal. É pertinente destacar que este não é o primeiro estudo que se atenta para a organização e instituição dos jardins de infância em Brasília, todavia, é o que tem como escopo distinto a evidência de arquivos e seus acervos que permitam a construção de uma interpretação histórica sobre a educação das crianças pequenas nos primeiros anos de instituição da capital do país

Juarez dos Anjos, Fernanda Müller e Viviane Pinto (2018), já trataram sobre as utopias da Educação inovadora proposta pelo Plano de Construções Escolares (1961) idealizado por Anísio Teixeira sob uma perspectiva sócio histórica com foco na Educação Infantil. Concluíram, entre outras interpretações, que a pré-escola, assim como as creches, nunca foram prioridades nas políticas educacionais. Isso é demonstrado, por exemplo, através da oferta de vagas, quando sempre houve uma demanda maior do que a que o sistema oferecia. As desigualdades vão além das diferenciações entre os espaços geográficos da Região Administrativa do Plano Piloto para as demais cidades satélites¹.

Etienne Baldez (2021), trata sobre a organização dos jardins de infância entre 1960 a 1964 sob a perspectiva da jornalista Yvonne Jean. Essa escritora tinha uma coluna sobre educação no jornal Correio Braziliense, periódico de maior circulação da cidade na época no país e trazia muitas notícias sobre educação. A ênfase era em como acontecia essa educação de forma institucionalizada das crianças pequenas de 4 a 6 seis anos de idade que estavam nascendo na capital ou que se mudaram com seus pais.

Larissa Nunes (2020) em sua pesquisa procurou esclarecer sobre as práticas educativas nos primeiros três jardins de infância do Distrito Federal na década de 1960. São eles o Jardim de Infância 21 de abril, o Jardim de Infância da 108 Sul e o Jardim de Infância da 308 Sul. Buscando cunhar a noção de infância bem como os processos de escolarização, além de

¹ Cidades satélites: termo utilizado para se referir às cidades de Brasília, atualmente chamadas de região administrativa.

identificar manuais que serviam de orientação para essas práticas. Baseando-se em fontes que compareceram nos jornais e revistas circulantes na época.

Já Ana Caroline Alves (2020) aborda sobre o Jardim de Infância anexo à Escola Normal de Brasília (ENB/1970). O intuito foi analisar sobre as orientações que eram dadas às professoras dos Jardins de Infância na época. Baseando-se em estudos já publicados sobre como foi a constituição dessas escolas normais em Brasília. E em outro momento ela procura entender como se organizou o ensino pré-escolar no DF, mesmo antes da inauguração da capital.

Atentando-se aos estudos já realizados e aqui identificados, construiu-se o problema que deu origem a esta monografia: que conhecimentos sobre a organização dos jardins de infância em Brasília são possíveis apurar por meio de um inventário de fontes? Demarcado o problema, o objetivo geral é compreender a constituição do ensino pré-primário em Brasília a partir dos documentos disponibilizados nos Arquivos do Distrito Federal. Para dar conta desse objetivo, três foram os objetivos específicos aqui elencados: **1.** Apresentar os arquivos do DF e as fontes inventariadas que permitem construir uma narrativa histórica sobre a educação pré-escolar em Brasília (o que encontra em cada arquivo, o que são os arquivos, plano de construções escolares); **2.** Entender a configuração de ensino pré-escolar no Brasil na década de 1960-1970 (noção de infância e noção de docência); **3.** Elencar as questões/concepções que comparecem nas fontes inventariadas.

O recorte temporal inicia no contexto de inauguração da nova capital do Brasil, Brasília, sob a perspectiva de vanguarda, esperança e transformação. Salientando que antes mesmo dessa inauguração já existia algumas iniciativas de jardins de infância na região, porém, lido com a primeira década até 1971 porque neste ano tem a publicação da segunda legislação educacional a LDB e paro neste primeiro recorte legal. Hoston (1993) elucidada que:

Desde a metade do séc. XVIII, a ideia de transferir a capital do Brasil para o interior desabitado foi o sonho de muitos visionários. Eles deixaram a Brasília o legado de uma mitologia do Novo Mundo em que a construção de uma capital no Planalto Central seria o meio de desencadear o florescimento de uma grande civilização num paraíso de abundância. (HOSTON, 1993, p. 23).

Assim sendo, a cidade já foi concebida e organizada sobre moldes modernistas e com visões do Novo Mundo. A inovação fazia parte em todos os contextos da capital, no ambiente educacional foi criado o Plano de Construções Escolares elaborado por Teixeira. De acordo com Kubitscheck (2000, p. 140): “Tudo fazia crer que Brasília reunia condições

propícias para a implantação de um sistema de educação modelar. Por um lado, o governo brasileiro tinha em vista convertê-la num amplo campo de experimentação de técnicas novas”.

Esse novo paradigma educacional baseado nos ideais da Escola Nova partia do pressuposto que era preciso haver um movimento de renovação em todos os ambientes da sociedade, inclusive nas escolas brasileiras, inspiradas nas ideias de John Dewey² e executadas no Brasil por Anísio Teixeira.

A formulação do plano Educacional de Brasília representa uma síntese das ideias advogadas por Anísio Teixeira ao longo de sua vida como intelectual e homem público. A proposta de criação de um novo tipo de escola na recém-inaugurada capital surge no contexto de uma sociedade industrial que se modernizava em ritmo acelerado, conforme preconizado pela política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek. (PEREIRA, 2011, p. 49-50).

Essa pesquisa é de cunho historiográfico, ou seja, parte de um problema para a construção de uma interpretação histórica, buscando indícios, pistas e vestígios do passado. Se relacionar com as fontes, como demonstra Ragazzini (2001), é a base do trabalho de pesquisa do historiador e que oportuniza outros desmembramentos da interpretação historiográfica, como a produção do texto final sobre determinado tema. É claro que ele fala dos riscos, entre eles, de tomar aquilo que a fonte traz como “verdade”. Por isso, é preciso ter cuidado ao lidar com elas.

Outro ponto pertinente para este estudo é quando ele escreve: “o historiador é o receptor final da mensagem e, ao mesmo tempo, produtor da mesma. De seu contexto, o historiador interroga, relê, escuta os níveis contextuais precedentes, narrando e explicando aos seus contemporâneos as suas mensagens” (RAGAZZINI, 2001, p. 17). Por isso, a importância de se ter um historiador para investigar e esclarecer da melhor forma o contexto daquele determinado momento, lógico com as ressalvas que estão intimamente ligadas aos seus conhecimentos. Por outro lado, Lombardi (2003) define:

As fontes nascem da ação histórica do homem e, apesar de nem sempre terem sido produzidas com a intencionalidade de registrar a vida e o mundo dos homens, acabam sendo testemunhos dessas dimensões [...] São exatamente esses registros históricos que constituem os documentos, os testemunhos usados pelo historiador para se aproximar e tornar inteligível seu objeto de estudo. (LOMBARDI, 2003, p. 11).

² John Dewey: Nasceu em 1859 e morreu em 1952 viveu nos Estados Unidos e foi intelectual responsável pela criação do novo modelo de escola. Defendia que o aluno deveria ser o CENTRO do processo educativo e das metodologias ativas. (PORTAL NOVA ESCOLA, s.a).

Assim, é possível entender o quanto essas fontes são importantes para os historiadores, que consideram os locais onde se encontram essas obras como *lugares de memória*. Conforme afirma Pierre Nora (1993), nesses espaços encontramos lembranças, indícios, pistas para interpretar a nossa história. Segundo o mesmo historiador, a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. E são nesses lugares que encontramos as memórias, que são as fontes, materiais tão caros a qualquer historiador, pois possibilitam a construção das suas narrativas históricas, após a contraposição com outras informações e documentos que permitam a contextualização de determinados períodos investigados. (NORA, 1993).

O caminho aqui realizado foi primeiro ir até as páginas dos arquivos disponibilizados no DF com acervos que podem ser acessados pela internet, visto que essa pesquisa se construiu em um período pandêmico causado pela Covid-19³. A busca foi desenvolvida em quatro arquivos de Brasília, entre eles a Biblioteca Central da UnB (BCE), a Biblioteca do INEP, o Museu de Educação do Distrito Federal (MUDE) e no Arquivo Público do DF (ArPDF); em três dos quatro acervos houve a possibilidade de encontrar fontes online. O único que não pode ser acessado na internet foi o Arquivo Público do Distrito Federal, que precisou de ser visitado de forma presencial⁴. Dessa maneira, foi importante possuir essas obras de forma digital, pois possibilitou que a pesquisa não fosse interrompida. Dado que, esses locais estavam todos fechados e eram proibidos de serem visitados mesmo que para fins acadêmicos. Além de facilitar o acesso do pesquisador que não pode estar presencialmente nesse ambiente, seja por situação pandêmica ou não.

Identifica-se que há pesquisadores⁵ que têm se debruçado para entender a história da educação da criança pequena no Brasil e alguns deles se aproximam já do Distrito Federal, todavia, ainda cabem pesquisas que se voltem para locais e períodos específicos, como a década de 1960 em Brasília.

³ Pandemia do Covid-19: doença causada pelo vírus SARS-CoV-2 que ocasionou mortes no mundo inteiro, assim como obrigou a população a ficar em isolamento social durante um determinado período. Iniciou em 2019 nos países da Ásia e chegou ao Brasil em março de 2020 perdurando até o ano de 2022.

⁴ O Arquivo Público do Distrito Federal não possui obras online no seu acervo, mas, o início dessa pesquisa se deu antes da pandemia do covid-19. Como a orientadora desse projeto já tinha interesse em pesquisar sobre o tema, ela se dirigiu pessoalmente até o Arquivo e preencheu todos os requisitos para conseguir ter acesso a esses documentos. Após isso, ela pode ter acesso a essas fontes e assim, pode ampliar a pesquisa com suas orientandas. Filtrando as pastas e repassando para as estudantes pesquisadoras do programa de iniciação Científica nos anos de 2020 a 2022.

⁵ Tais como: PINTO, MULLER, ANJOS, 2018; PEREIRA, 2020; REIS, CORDEIRO, 2020, BARBOSA, 2021 e SILVA, 2020.

Por isso, o segundo movimento foi ir até as bases científicas para lidar com levantamento bibliográfico de todos os teóricos que falaram sobre Jardim de Infância na primeira década de 1960. As Bases de Dados pesquisadas foram: Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente (BDM-UnB), O Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Defini os meus descritores como: "Jardim de Infância em Brasília", "História da Educação em Brasília", "Pré-escola no DF", "Pré-primário em Brasília" e "Plano de Construções Escolares de Brasília". Com o intuito de analisar esses escritos para o meu trabalho.

Na BDM-UnB encontrei seis trabalhos. Na SCIELO dois artigos e na CAPES o movimento também foi olhar os títulos dos últimos cinco anos de pesquisa e lá encontrei os mesmos dois artigos que encontrei na SciELO. Como pelas buscas eu olhei e apareceram poucos trabalhos, mesmo com diferentes descritores, procurei por artigos na plataforma Google acadêmico lá encontrei um trabalho publicado na revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, que apontava sobre o Jardins de Infância. Em consonância com a pesquisa encontrei também dois Artigos em um livro fechado para venda chamado "História e historiografia da educação brasileira: teorias e metodologias de pesquisa".

Quadro 1: Plataforma de trabalhos científicos

TÍTULO	AUTORES	ANO	BASE
O jardim de infância da escola normal de Brasília: vestígios de uma prática.	Ana Caroline Alves do Amaral dos Santos	2020	BDM-UnB
Indícios das práticas educativas realizadas nos jardins de infância criados na década de 1960 em Brasília	Larissa Nunes Bezerra da Silva	2020	BDM-UnB
As competências legais da gestão do sistema de ensino nos primórdios de Brasília (1959-1960)	Cleide Fátima de Moraes	2019	BDM-UnB
Culturas escolares prescritas para os centros de ensino elementar do Distrito Federal: uma leitura das normas oficiais dos anos 1960 a 1963	Suzana Maria do Nascimento Magalhães	2018	BDM-UnB
A alfabetização de crianças nos primórdios de Brasília: uma história singular	Daylane Soares Diniz	2012	BDM-UnB

Fontes documentais da história da educação escolar no Distrito Federal (1956-1960).	Aracy Racy Roza Sampaio Pereira	2011	BDM-UnB
Entre o passado e o presente: contrastes de acesso à educação infantil no Distrito Federal	Viviane Fernandes Faria Pinto; Fernanda Muller e Juarez José Tuchinski Dos Anjos	2020	SciELO Portal CAPES
Notícias da pré-escola no Distrito Federal: apontamentos de Yvonne Jean (1960-1964)	Etienne Baldez L. Barbosa	2021	SciELO Portal CAPES

Fonte: Plataforma de trabalhos científicos – organizado pela autora

O quadro acima representa as pesquisas desenvolvidas na mesma temática que esse trabalho se atem. E como explicitado no quadro, esses foram os estudos encontrados nas diferentes plataformas científicas de trabalhos. Além desses, tive acesso a dois artigos⁶ que faziam parte de um livro fechado que não pode ser acessado gratuitamente na internet.

Retornando aos autores presentes no primeiro quadro, Pereira (2011) traz em sua pesquisa fundamentos que permearam o plano de construção Escolares elaborado por Anísio Teixeira (1961). Além dessa fonte utilizou também no estudo obras do fundo "Memória da Educação Básica Pública no Distrito Federal (MEBP-DF) e o acervo da pesquisa Educação Básica Pública do Distrito Federal (1956-1964): Origens de um projeto Inovador", localizado na Faculdade de Educação da UnB. Buscou refletir sobre a importância de se debruçar sobre os estudos da história da Educação da Capital do Brasil.

Diniz (2012) vinculou-se ao projeto de pesquisa " Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um projeto Inovador." E também procura entender sobre o Plano de Construções Escolares proposto por Anísio Teixeira e como esse projeto aborda sobre a alfabetização das crianças. Através das fontes desse acervo, analisou as lembranças memorialísticas mediante relatos orais das professoras pioneiras.

Moraes (2019) investiga as competências legais na gestão do sistema de ensino de Brasília, entre os anos de 1959 a 1960. Focando na transição entre a competência de gerir o sistema de educação do Distrito Federal, primeiro a NOVACAP, depois o CASEB, finalizando a pesquisa com a criação da Fundação Educacional do Distrito Federal. Utilizando como fonte a legislação escolar vigente no período.

⁶ Ver PEREIRA, 2020; SPAGNA; SILVA 2020.

Magalhães (2018), traz como objetivo do seu trabalho a identificação de culturas escolares prescritas para as escolas elementares de Brasília entre os anos de 1960 a 1963, utilizando como fontes documentais o Plano de Construção Escolares de Brasília e a Indicação número 5 do Conselho de Educação do Distrito Federal, considerando que essas foram as primeiras normas oficiais locais em circulação no período. Selecionei esse trabalho porque, como disposto no Projeto de Construções Escolares de Anísio Teixeira para Brasília, os jardins compõem o Centro Elementar.

Como demonstrado no quadro, os textos sobre a pré-escola em Brasília na década de 1960-1970 são bem escassos. A ponto que, mesmo em plataformas de busca diferentes, são encontrados sempre os mesmos estudos. De modo que nos leva a refletir que a história da educação das crianças pequenas em instituições como creche e pré-escola é quase que esquecida nos estudos. E demonstra o quanto essa pesquisa poderá ser importante para o determinado campo. Salienta-se, através disso, que é preciso investir e continuar com pesquisas nessa área. Coadunando com Mignot, Silva e Silva (2014, p. 20): “como outros, este inventário é incompleto e inconcluso. Precisa da curiosidade intelectual e da vontade política para que continue, todo dia, no interior de cada escola na busca por conhecer sua história”. Com isso, é preciso existir a intenção de que as instituições de ensino, famílias, professores e todos os agentes que estejam envolvidos na etapa infantil procurem preservar as pistas para se constituir acervos históricos a fim de contar a história da educação da criança pequena no período vivenciado.

O inventário é compreendido aqui na pesquisa como um lugar de memória, um espaço de descobertas que facilita a compreensão da história da infância no Distrito Federal considerando a fase pré-escolar. É um espaço localizador, de buscas, que serve para pesquisar e aprofundar temas elencados e que estejam inseridos nele.

Feita a primeira apresentação deste estudo, ele se divide em dois capítulos. O primeiro intitulado *Vestígios da pré-escola por meio de um inventário*, se volta para explicação de como se deu a construção do levantamento e arrolamento de fontes que permitem adentrar a história da educação da criança na década de 1960 no Distrito Federal, apontando quais os acervos foram pesquisados e quais os tipos de fontes encontradas nesses ambientes, entendendo, portanto, um pouco sobre o contexto pré-escolar do período. No segundo capítulo, intitulado *documento inventariado, tema encontrado: entendendo os jardins*” a intenção é apresentar um panorama dos assuntos que foram encontrados sobre Jardim de Infância que tenham comparecido nos documentos. Ainda que de forma pontual, com foco em interpretar o que as

fontes inventariadas dizem sobre a constituição histórica dos jardins de infância do Distrito Federal.

1. VESTÍGIOS DA PRÉ-ESCOLA POR MEIO DE UM INVENTÁRIO

Este capítulo trata sobre o ofício dos historiadores, a construção do inventário de fontes e as concepções de educação da infância e docência na década de 1960, no Brasil, com o intuito de localizar o que estava em circulação quando considerava-se o ensino pré-escolar ou pré-primário, de modo a entender os documentos que deles se encontram nos arquivos de Brasília.

Conforme afirma Bloch (2011, p.75), “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”. Tal assertiva permite considerar o ofício do historiador quando este entra em contato com vestígios do passado (os documentos, que são identificados como fontes) e, questionando-os e confrontando-os com outras documentações e referências, constrói interpretações históricas que não modificam o que já ocorreu, mas permitem que o conhecimento sobre determinado fato ou objeto seja aperfeiçoado, uma vez que ainda não se esgotaram as informações possíveis sobre ele.

Se relacionar com as fontes, como demonstra Ragazzini (2001), é a base do trabalho de pesquisa do historiador e que oportuniza outros desmembramentos da interpretação e construção de uma narrativa histórica. É preciso ter cuidado com os riscos que essas obras podem oferecer, entre eles, de tomar aquilo que a fonte traz como verdade. “De seu contexto, o historiador interroga, relê, escuta os níveis contextuais precedentes, narrando e explicando aos seus contemporâneos as suas mensagens” (RAGAZZINI, 2001, p. 17). E o que são as fontes afinal? As fontes são vestígios, pistas, indícios materiais e imateriais produzidos por espécie humana. Como afirma Thompson (2009), são vestígios que sobrevivendo ao tempo com evidência dos que existiram antes de nós, assim, diz sobre o que já se passou ou aconteceu. Segundo Ragazzini (2001) elas:

São vestígios, testemunhos que respondem - como podem e por um número limitado de fatos - às perguntas que lhes são apresentadas. A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou de aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado. (RAGAZZINI, 2001, p.14).

Dentro desse campo historiográfico, existe uma diversidade de pistas e vestígios, pois tudo que o homem produz, fala, escreve e toca pode dizer sobre quem foi o homem daquele determinado tempo vivenciado, além da falta dessas informações também pode refletir a imagem do homem daquele tempo. "Tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem" (FEBVRE, 1989, p. 249). Ou seja, absolutamente tudo nos informa sobre ele.

Por fonte pode ser entendido que é tudo aquilo que seja palpável ou não, que existem para ajudar a fazer uma interpretação de algo. As fontes repousam nos arquivos públicos, privados ou escolares, físicos ou virtuais, dentre outros tantos *lugares de memória* (NORA, 1993). Arquitetura, mobiliário, notícias, vídeos, entrevistas, relatos orais, registros formais e outras marcas do passado, assim como a memória do corpo docente, discente, gestor e funcional, ajudam a entender os valores e as tradições que consolidam a formação de uma sociedade, uma economia, uma cultura e uma comunidade. Por mais que uma pessoa possua todas fontes ou objetos do passado em mãos, de nada adianta se não as interrogar. Ela só se torna realmente necessária para a área pesquisada se o pesquisador atribui significado a ela através das interrogações que ele vai fazer para a fonte (BLOCH, 2011; ANJOS, 2016). Dessa maneira:

Os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los. Naturalmente, é necessário que essa escolha ponderada de perguntas seja extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas. De tal modo, no entanto, que possa desde o início servir de imã as limalhas do documento. (BLOCH, 2011, p. 79).

Não se trata de erigir perguntas fixas e seguir com elas sem a flexibilidade necessária para inserir o entendimento do contexto, dos costumes e cultura experienciadas em determinado período por um povo/sociedade específica. Outro fator pertinente está na diferenciação dos tipos de fontes, segundo Ragazzini (2001):

Para discutir a história da escola e da educação, a partir das discussões sobre as fontes, devemos considerar dois aspectos: a) as fontes para a história da escola e da educação, que auxiliam a interpretar e a escrever essa história; e b) as fontes da escola, ou seja, aquelas que provém diretamente das práticas escolares. (RAGAZZINI, 2001, p.18).

Assim, considera-se a existência desses dois tipos de fontes, se tratando do primeiro tipo, as que são produzidas fora do ambiente escolar, Ragazzini (2001) nos orienta que:

A história da escola se escreve, também, a partir da análise dos debates parlamentares, da legislação, das normas e da jurisprudência, da administração pública, dos balanços econômicos, enfim, de um conjunto de fontes que provém muito mais da história legislativa, do direito, da administração pública, da economia, do Estado, dos partidos políticos, que da história da escola e da educação. (RAGAZZINI, 2001, p. 19).

Compreende-se então que esses vestígios são importantes, pois ajudam a entender a dimensão educacional de forma ampla, ou seja, dentro de um contexto macro, considerando todo o sistema de um país, estado ou cidade. Da mesma forma, as fontes que provém da escola são valorosas, porém, não são suficientes para compreender o contexto histórico geral que a sociedade estava inserida. Dessa maneira Ragazzini (2001) chama atenção para o entendimento de:

Que as fontes escolares não são suficientes para fazer uma história integral da escola, sabendo que posso me equivocar se concebo as fontes provenientes da escola como as únicas fontes possíveis para a história da escola. As fontes provenientes das práticas escolares não representam as únicas possibilidades para os estudos histórico-educativos, portanto não são autossuficientes, ainda que sejam importantes e significativas. (RAGAZZINI, 2001, p.20).

O historiador elucida que dentro dos tipos de pistas que contam sobre o passado não existe uma hierarquização dos documentos, mas sim, uma graduação, visto que, vai depender do contexto em que a pesquisa está situada. Em alguns estudos, as fontes provenientes da escola vão contribuir melhor para se construir aquela interpretação, já em outros, as fontes de dentro do ambiente da escola, condizem mais. Então, todas são importantes para entender os processos históricos desenvolvidos naquele tempo. Durante esse caminho em busca do entendimento de um fato ou objeto de pesquisa, o historiador precisa se esforçar para enxergar além daquilo que as fontes mostram de forma aparente ou da primeira impressão que apresenta, desmistificando qualquer forma de graduação que possa existir entre elas, ou na interpretação do próprio sujeito.

1.1. Locais institucionais onde se educavam as crianças no Brasil: uma constituição histórica que culmina com o olhar para a década de 1960.

No Brasil tem-se algumas nomenclaturas quando o assunto é lugar de cuidado e educação da criança menor de seis, sete anos, antes das atuais legislações que normatizam a Educação Infantil e seu currículo serem promulgadas (LDB 9.394/96; DCNEI, 2010; BNCC, 2017). Constituir um inventário de fontes sobre a educação pré-escolar em Brasília, na primeira

década após a inauguração da capital, é se atentar para a configuração histórica no atendimento à criança pequena brasileira, uma vez que a nomenclatura que perdurará será jardim de infância. Logo, perguntas podem ser lançadas: como se instituiu essa nomenclatura em Brasília⁷ para o atendimento no pré-escolar ou pré-primário? O que estava posto na legislação durante o período? Que criança que frequentava os jardins de infância? E que outros locais existiam para aquelas que não estavam nos jardins de infância? São algumas problematizações, entre tantas outras que poderiam aqui serem lançadas, mas que auxiliam para o norteamento da presente narrativa. Em relação a legislação vigente na época tem-se a Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB) de 1961 nela dois artigos são dedicados à educação pré-primária, são eles:

Art. 23 - A educação pré-primária destina-se aos menores de até sete anos, e será ministrada em escolas maternas e jardins de infância.

Art. 24 – As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimulados a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

Kuhlmann JR. (2000) reconhece que a LDB existia naquele contexto e retoma em seu estudo os artigos dedicados a educação pré-primária:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024 de 1961 estabelecia em seus artigos 23 e 24 que as crianças com idade inferior a 7 anos receberiam educação em escolas maternas ou jardins-de-infância, estimulando-se as empresas a manter instituições do gênero para os filhos de suas trabalhadoras. (KUHLMANN JR., 2000, p. 486).

Segundo o autor, escolas primárias, creches e jardins de infância são alguns dos tipos de instituições que têm o intuito de atender às crianças brasileiras que vivem o período de vida que chamamos de infância. Ele concluiu, com base nas:

Análises das exposições internacionais entre 1850-1920, que creches, salas de asilo, escolas maternas e jardins de infância sempre foram incluídas como instituições de educação infantil, porém o que as diferenciava eram a origem e a faixa etária do público social a que se destinavam. (KUHLMANN JR, 2001, p. 78).

⁷ A nomenclatura kindergarten (jardim-de-infância) surge na Alemanha idealizada pelo pensador alemão Froebel. Esse termo se refere aos cuidados que os jardineiros, possuem com as plantas, fazendo com que elas cresçam bem e se desenvolvam. Assim, o idealizador desse conceito, faz um comparativo, dos educadores que trabalham nessas instituições, eles precisam ser jardineiros das plantas, que no caso, são as crianças, e devem zelar desses indivíduos, considerando que nessa fase do desenvolvimento humano a atenção e cuidado é fundamental. No contexto brasileiro, essa nomenclatura foi adotada nas instituições pré-escolares, de forma inspiradora, mas com ideias e os conceitos diferentes de como aconteceu na Europa não foi trazida e difundida no país. (ARCE, 2002b).

Apesar de ser dever do Estado, as tentativas iniciais de atender à infância brasileira foram marcadas pelas iniciativas assistenciais e filantrópicas articuladas aos interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos (KUHLMANN JR., 2010, p. 77).

Conforme destaca Oliveira (2005, p. 67), os jardins de infância incluem uma dimensão pedagógica no trabalho com as crianças, ao contrário das instituições assistenciais da época. Os estudos que atribuem aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternas (KUHLMANN, 2001, p. 26). Apesar disso, sabe-se que:

Em 1965, de acordo com dados do DNCR, a população de 2 a 6 anos no Brasil era de 12.175.294, de 2 a 4 era de 7.612.414; de 5 a 6 era de 4.562.880. Destas últimas, estima-se que 199.200 frequentavam os 3.320 jardins-de-infância contados no país (1.535 públicos, 1.785 particulares), número significativamente maior do que os 42 jardins contados no ano de 1924 pelo DCB. (KUHLMANN JR., 2000, p. 488).

Ao atentar-se à docência, Micarello (2011) destaca que esses processos de indefinição do que era realmente o campo da educação infantil, trouxeram repercussões no modo e modelo de como deveria ser a docência para a criança pequena e na profissão docente no Brasil. Era uma oportunidade que a sociedade abria às mulheres para adentrar o mercado de trabalho. Além de ser também uma forma de garantir cuidados maternos às crianças pela figura feminina que não era sua mãe, mas que era mulher. Era um ambiente predominantemente feminino, mais do que os dias de hoje. O que mais chama atenção nesta década é a visão que a creche assume dentro da sociedade brasileira, vista para pobres. E a noção de docência ligada à figura feminina e especificamente à mãe. Além de entidades que não eram educativas assumirem o papel assistencialista de cuidado às crianças. No caso específico de Brasília, já estava disposto em seu projeto arquitetônico, a destinação de espaços específicos para a construção dos jardins de infância.

Para cada quadra será construído:

- 1- jardim da infância, com 4 salas, para, em 2 turnos de funcionamento, atender a 160 crianças (8 turmas de 20 crianças);
- 1- escola-classe, com 8 salas, para, em 2 turnos, atender a 480 crianças (16 turmas de 30 alunos). (TEIXEIRA, 1961, p.196).

Esses ambientes foram pensados para todos, independentemente da classe social que o indivíduo pertencia, acreditava-se na universalização do ensino. Uma comprovação desse pensamento é uma matéria que circulou no Correio Brasiliense, no título da notícia publicada no jornal estava: *Brincam juntos no Jardim de Infância filhos de deputados e de “candangos”* (CB, BRINCAM..., 27/04/1960, p. 1.) Fazendo entender que o plano contemplava todas as classes sociais. Anísio Teixeira, idealizador do Plano de Construções Escolares, foi um dos grandes intelectuais do Manifesto dos pioneiros da Escola Nova⁸. Entre outras ideias, esse movimento tinha como objetivo transformar e trazer um novo modelo de escola, pois eles acreditavam que a sociedade já tinha evoluído e a escola tradicional não se adequava mais as necessidades da época.

1.2. Os Arquivos que permitem a constituição de um inventário de fontes sobre a pré-escola em Brasília

Muitos pesquisadores têm se debruçado para o objeto de estudo da história da educação da criança pequena no Brasil⁹, todavia, ainda cabem pesquisas que se voltem para locais específicos. Anjos, Müller e Pinto (2018) demonstram que, quando se trata de pesquisar a educação infantil no Distrito Federal, percebe-se que é “um processo histórico que consideramos ainda em movimento e inacabado”. (ANJOS, MÜLLER, PINTO, 2018, p. 04). A pesquisa foi desenvolvida em quatro acervos de Brasília, entre eles o Arquivo Público do Distrito Federal, a Biblioteca Central da UnB, a Biblioteca do INEP e o acervo do Museu de Educação do Distrito Federal.

Tratando sobre os acervos aqui elencados, França (2020) construiu um guia de fontes com o objetivo de sistematizar um corpus documental referente à história das duas primeiras escolas de São Sebastião (DF), mas que permite que qualquer pesquisador, que se volte para os

⁸ Manifesto dos pioneiros da Escola Nova: O Manifesto teve origem no debate político sobre a necessidade de se construir um projeto educacional para o país no contexto da Revolução de 1930. Esse documento foi escrito num momento em que a educação nacional sofria duras críticas no que se refere à organização, à estrutura e à pedagogia. Foi escrito por 26 educadores, em 1932, com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação. Segundo o documento, a causa principal dos problemas na educação está na “na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação”. Os 26 educadores entendiam que “nunca chegamos a possuir uma *cultura própria*, nem mesmo uma *cultura geral* que nos convencesse da *existência de um problema sobre objetivos e fins da educação*”. (GALDER, 2016; MENEZES, 2001).

⁹ Ver, por exemplo: BASTOS, 1997; 2010; KUHLMANN JR., 2000.

mesmos arquivos utilizados pelo autor, em Brasília, conheça informações importantes, como seu local físico e virtual, a forma como se dá o acesso ao acervo e o tipo de documentação que irá encontrar. O foco do referido autor não era a educação da criança pequena (creche ou pré-escola), mas a exposição que faz dos arquivos e seus acervos permite que o pesquisador tenha um vislumbre do que pode auxiliá-lo na construção da sua narrativa histórica sobre a educação em Brasília. Além de ajudar na projeção de um possível inventário de fontes ali dispostas.

Em todos os acervos houve a possibilidade de encontrar fontes remotamente. Devido a pandemia causada pela Covid-19, a pesquisa teve que ser totalmente remota e, como grande parte desses acervos já possuem as obras digitalizadas, isso facilitou o acesso do pesquisador¹⁰ que não pode estar presencialmente nesse ambiente, seja por situação pandêmica ou não. A seguir apresento os Arquivos e os tipos de fontes que auxiliam na construção de uma narrativa histórica sobre a educação pré-escolar em Brasília, na década de 1960. É preciso lembrar que o conhecimento que podemos produzir sobre os homens e mulheres do passado se apoia em “lacunas e incertezas”, “fragmentos e ruínas” (GINZBURG, 1991a, p. 232), pois os documentos que buscamos e que em nossa prática interrogamos, transformados em fontes e testemunhas, são sempre escassos.

1.2.1 Arquivo Público do Distrito Federal

A criação do Arquivo Público do Distrito Federal se deu em 1985, em decorrência do processo n ° 100971/71, apresentada pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DEPHA) à Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal (CARVALHÊDO, 2003), em decorrência do I Encontro de Governadores, realizado em Brasília (1970), cujo objetivo foi a defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Vale a pena destacar o decreto n ° 7.492 e 7.493, de 27 de abril de 1983, em que o Governo do Distrito Federal se responsabilizou pela proteção do acervo documental histórico da NOVACAP, a título de preservação do patrimônio e criou o Grupo de Trabalho para

¹⁰ Outro fator muito importante de possuir obras digitalizadas e de acesso online é que permite que as pesquisas e estudos sobre os diversos temas não parem, além de possibilitar aos indivíduos acessarem as plataformas de qualquer local do mundo. Facilitando o processo e deixando-o mais acessível e alcançável. Brasil e Nascimento (2020) escrevem sobre o uso de ferramentas digitais na pesquisa e escrita da história e pontuam que “a busca e a análise digital transformam não apenas a pesquisa história, mas possibilitam novas perguntas, problemas e respostas, impactando tanto a teoria quanto o método da disciplina”. (BRASIL, NASCIMENTO, 2020, p. 197).

“estudar, sugerir, propor e adotar medidas para a implantação do Arquivo Público do Distrito Federal”. (ArPDF, 2018, p. 11-12).

Desta forma o Arquivo, foi criado em 14 de março de 1985, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, com a finalidade de “recolher, preservar e garantir proteção especial a documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pela Administração Direta, Indireta e Fundações do Distrito Federal.” (CARVALHÊDO, 2003, p. 73).

Segundo as normas estabelecidas pelo decreto nº 8530 no Art. 10 - É assegurado o direito de livre acesso, para consulta ou pesquisa, aos documentos do Arquivo Público do Distrito Federal, ressalvados aqueles que, por sua natureza e condições, imponham restrições pertinentes. De acordo com o Guia de fontes disponibilizado para consulta na internet, a organização do Arquivo se dá da seguinte forma:

O acervo arquivístico sob custódia do Arquivo Público do Distrito Federal é oriundo de órgãos e entidades governamentais do Distrito Federal e também de pessoas e entidades privadas cuja trajetória seja relevante para a memória histórica de Brasília e do Distrito Federal. Atualmente, ele é composto por 44 fundos arquivísticos provenientes de 21 órgãos públicos e 23 pessoas físicas ou entidades privadas, com os seguintes totais: Nº de fundos públicos: 21 Nº de fundos privados: 23. Quantificação por gênero: • Cartográfico – 48.192 itens 11 GUIA DE FUNDOS - Arquivo Público do Distrito Federal • Eletrônico – 6.700 itens • Filmográfico – 5.602 itens • Iconográfico – 1.445.463 itens • Micrográfico – 2.233 itens • Sonoro – 5.333 itens • Textual – 1.022,22 metros lineares • Tridimensional – 132 itens. (ArPDF, 2019, p. 11).

O arquivo¹¹ está sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal especificamente pela Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais. Como já citado, o acervo é composto, atualmente, por 44 fundos, subdivididos em público e privado. A tabela a seguir traz os nomes de todos eles e sua classificação.

Quadro 2: Fundos do Arquivo Público do Distrito Federal

FUNDO PÚBLICO	FUNDO PRIVADO
Administração Regional de Taguatinga Arquivo Público do Distrito Federal Companhia de Planejamento do Distrito Federal	Antônio Antunes Praxedes Armado Sampaio Lacerda Armando José Bucchmann

¹¹ Arquivo Público do Distrito Federal(ArPDF): A sua localização está no Setor de Garagens Oficiais Norte (SGO), Quadra 05, Lote 23, Asa Norte, Brasília /DF. CEP: 70.610-650. Os meios de contato se dão de forma presencial, e através dos telefones: (61) 3361.1454; (61)3361.7739; (61) 3361-7739. Além de possuir formas de contato através do E-mail institucional: arquivopublico@arquivopublico.df.gov.br, E-mail da Gerência de Atendimento ao Público: arpdfatendimento@gmail.com e o Web site: <http://www.arpdf.df.gov.br/>.

<p>Companhia do Metropolitano do Distrito Federal Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil Fundação Cultural do Distrito Federal Fundação Educacional do Distrito Federal Gabinete do Governador</p> <p>Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado</p> <p>Procuradoria-Geral do Distrito Federal</p> <p>Secretaria de Comunicação Social</p> <p>Secretaria de Cultura do Distrito Federal</p> <p>Secretaria de Desenvolvimento Urbano 12 guias de fundos - Arquivo Público do Distrito Federal</p> <p>Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente</p> <p>Secretaria de Educação do Distrito Federal</p> <p>Secretaria de Gestão do Território e Habitação</p> <p>Secretaria de Saúde do Distrito Federal</p> <p>Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal</p> <p>Secretaria de Viação e Obras</p> <p>Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo</p> <p>Sociedade de Abastecimento de Brasília</p>	<p>Asta-Rose Jordan Alcaide</p> <p>Atahualpa Schmitz da Silva Prego</p> <p>Brasília Palace Hotel</p> <p>Carlos Chagas</p> <p>Ecilda Ramos</p> <p>Ernesto SilvaGladson da Rocha</p> <p>Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal</p> <p>Jethro Bello Torres</p> <p>Juca Chaves</p> <p>Lea Sayão Carvalho Araújo</p> <p>Lucídio Guimarães Albuquerque</p> <p>Luiz José Borges Neto</p> <p>Manoel Barreto de Brito</p> <p>Maria Beatriz Leonardo do Carmo</p> <p>Paulo de Tarso Santos</p> <p>Sônia Naves Davi Amorim</p> <p>Stênio de Araujo Bastos</p> <p>Yvonne Jean</p> <p>Zelinda Dalba Mattana</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Fundos do Arquivo Público DF (1960-1967) – organizado pela autora

No quadro percebe-se que existem alguns fundos que estão em negrito e itálico. Esses, são todos os fundos utilizados nesta pesquisa. Cabe citar que esses fundos não foram esgotados, visto que aqui lidou-se somente com a década de 1960, assim, ainda existem possibilidades de retornar a esses mesmos fundos e descobrir informações em documentos que não estão presentes nesse inventário.

Ao tratar com esses fundos foi possível lidar com diversos tipos de fontes, entre eles: documentos oficiais do governo (boletins de gastos anuais; decretos; autorizações diversas; atas de reuniões, memorandos e expedições do governo), notícias e reportagens que circulavam na época nos jornais, plantas das construções das instituições pré-escolares, além de fotos dos prédios de jardins de infâncias e de crianças.

Ao analisar o fundo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), que integra o acervo do Arquivo Público do Distrito Federal, é possível encontrar relatórios de despesas para com a construção de jardins de infância e, conseqüentemente, o nome da empresa que realizava serviços (NOVACAP, 20/06/1960, p. 06). A informação de valores, que tipo de obra foi feita, o nome da empresa que forneceu as máquinas, descritos no documento no momento de sua elaboração, é uma *denotação*. Agora, quando o historiador toma tal documento como uma fonte, ele pode construir uma interpretação histórica sobre a constituição da cultura material dos jardins de infância no Distrito Federal por meio da organização do espaço e,

consequentemente, daquilo que nele seria inserido, por exemplo. Isso já poderia ser classificado como uma *conotação*.

Como pontua Ragazzini (2001, p. 18), “é a conotação do documento que é estudada e utilizada pelo historiador. O documento interessa pela cultura escolar que ele exprime (...)”. E, sem contar, que, em história, há ainda o levantamento de perguntas aos documentos, portanto, nesse exemplo dado, essas poderiam ser: qual era a empresa responsável? Quem contratou? Qual era o arquiteto ou a planta do jardim de infância? De qual jardim de infância se trata? Que práticas pedagógicas foram possibilitadas pelo espaço proporcionado nesse jardim de infância?

1.2.2 Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A Biblioteca Central¹² (BCE) é um órgão da Universidade de Brasília (UnB) responsável pelo provimento de informações às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atende às demandas dos discentes, docentes e comunidade. A lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que autorizou o poder executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, já previu a criação de uma Biblioteca Central. Com a aprovação do Estatuto da Universidade de Brasília (Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962), a Biblioteca Central é definida como um órgão complementar da UnB. O acervo geral da BCE é composto por livros, folhetos, teses e dissertações.

E para quem se volta o acesso aos dados presentes na BCE?! A consulta ao acervo, no ambiente da BCE, é livre a qualquer usuário. Já o empréstimo de itens do acervo geral somente é permitido pra pessoas cadastradas: alunos e ex-alunos, docentes e técnicos administrativos (ativos e inativos) e professores e/ou pesquisadores sem vínculo de trabalho com a Fundação Universidade de Brasília (vinculado a algum docente efetivo com cadastro na BCE).

O acervo é composto por uma base de dados nacionais e internacionais, que abrangem as diversas áreas do conhecimento, cujo acesso é disponibilizado pela BCE. Todo o acervo encontra-se ordenado por assunto de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU). Em 2000, a BCE disponibilizou seu catálogo para acesso na internet.

As fontes extraídas desse acervo foram: manuais voltados para professoras do Jardim de Infância e os boletins do Conselho de Educação do Distrito Federal considerando a década

¹² Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE): A localização dela se encontra no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Asa Norte, Brasília / DF.CEP: 70.910-900. As formas de contato se dão de forma presencial e através do telefone: (61) 3107-2680 (Atendimento ao Usuário / Empréstimos) e dos e-mails: informacoes@bce.unb.br e emprestimos@bce.unb.br e do site: <https://bce.unb.br/>

de 1960. Todas essas são fontes comprobatórias de uma interpretação construída pelo historiador assim é preciso se embasar na reflexão que (DARNTON, 2000, p.240) “Diferentemente dos filósofos e literatos, nós, historiadores, devemos dispor de evidências para sustentar nossos argumentos, e não podemos simplesmente extraí-las de nossa cabeça. Nós as extraímos, sim, das caixas dos arquivos”. Aí se dá o papel do historiador, trabalho esse que está sendo feito em todos os arquivos pesquisados.

1.2.3 Biblioteca do INEP

A Biblioteca¹³ do Inep possui o nome de Cibec, ela é composta por livros, periódicos, teses, dissertações, folhetos e relatórios de pesquisa, materiais de multimídia, além de obras raras e especiais. O acervo é composto pela coleção geral e pelas coleções de periódicos, de referência e de obras raras e especiais. Além do acervo, a Biblioteca do Cibec é responsável pela Bibliografia Brasileira de Educação (BBE).

Ao lidar com esse tipo de acervo é preciso ter conhecimento, além de que, o historiador precisar traçar muito bem o caminho que vai seguir como afirma Duby (1989):

[...] agarrar um corpo coerente de documentos [...] experimentar o terreno, traçar as primeiras pistas, ter cuidado para não se enterrar ou perder, tendo para isso os olhos bem abertos aos progressos de conjunto da investigação histórica, ler muito, afinar os instrumentos críticos e deixar amadurecer assim, lentamente, uma investigação. (DUBY, 1989, p. 126).

Diante das possibilidades de pistas, que esse acervo oferece, somente a Revista Brasileira de estudos Pedagógicos (RBEP) foi utilizada como instrumento de pesquisa. Essa revista é editada e publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e compõe as obras especiais do acervo.

1.2.4 Museu de Educação do Distrito Federal:

¹³ Através desse site (<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/index>) é possível consultar todas as edições da revista virtualmente. O contato também se dá através do telefone: (61) 2022-3967 ou por E-mail: biblioteca@inep.gov.br. Além disso, existe um endereço eletrônico específico da revista que é utilizada para fazer as pesquisas: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/index> através desse site é possível consultar todas as edições da revista virtualmente.

O Museu da Educação do Distrito Federal¹⁴ (MUDE, 2014) tem na ação educativa, desenvolvida nos primeiros anos da história de Brasília, o seu principal eixo de sustentação. A linha de acervo mais significativa é constituída de mais de 300 depoimentos, gravados em áudio e vídeo, com pessoas que integraram a comunidade escolar dita pioneira, na história da educação do Distrito Federal. “No Museu da Educação, há um mapeamento de fontes iniciado por uma pesquisa e busca-se ampliar o acervo”. (FRANÇA, p. 160). O acervo é composto por:

Documentos históricos, vídeos, fotografias, mobiliário das escolas, materiais didáticos, diplomas, lousas, canetas, cartilhas de alfabetização, livros didáticos, livros infantis, livros de leitura, cadernos, ábaco, jogos pedagógicos, pastas escolares, merendeiras, cartazes, mimeógrafos, projetores, boletins, cadernetas escolares e outros. (MUSEU DE EDUCAÇÃO, s.a., s.p.).

Está sobre a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. As fontes utilizadas desse acervo foram documentos oficiais do governo, entrevistas com as primeiras professoras que trabalharam no sistema educacional do Distrito Federal, fotografias, documentos de avaliação escolar, livro da Fundação Educacional, notícias diversas e o Plano de Construções Escolares de Brasília (1961). Ao lidar com todo esse material, diversas informações sobre os jardins de infância foram encontradas, pois “[...] documentos históricos no sentido pleno da expressão: além de revelarem relações entre dois ou mais sujeitos, tem também por isso um sentido cultural, na medida em que atestam um costume ou uma tipicidade.” (GRENDI, 2009, p. 24). Compreendeu-se que alguns desses conhecimentos eram explícitos e outras chegaram por meio de *indícios*, *rastros*, tal como demonstra o historiador Ginzburg (2007). Algumas informações são de fácil acesso, estão claras para o pesquisador, outras, dependendo do problema lançado, da hipótese construída, a busca é mais sutil, demanda um olhar indiciário.

Mesmo com fontes de tipologias tão diversas, não tem como acessar arquivos, ainda que virtualmente, e não se recordar das palavras de Farge (2009, p. 37), quando afirma que “quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a emoção é um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado, a do silêncio”.

¹⁴ Museu de Educação do Distrito Federal: localizado no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar (CEAM), Prédio Multiuso I, Bloco B, sala BT 36/6. Universidade de Brasília, Asa Norte, Brasília / DF. CEP: 70.910-900. Os meios de contato se dão através do telefone (61) 3107-5909, do E-mail: museu.educacao.df@gmail.com e do site: <http://www.museudaeducacao.com.br/>

Lopes e Galvão (2005) pontuam que se ocupar da educação não é somente focar na instituição e sim para a dimensão educativa que está posta no tempo e espaço social em que essa se insere. Como reforçam, “a escola é uma instituição que educa e instrui, mas cada sociedade cria, e cada uma a seu tempo, maneiras de educar homens e mulheres, crianças, jovens e adultos” (LOPES, GALVÃO, 2005, p. 12). As autoras ainda destacam que ninguém e nem nada escapa à educação. Concordando com essa afirmativa, aponta-se que, ao lidar com documentos que tratam da educação da criança pequena no Distrito Federal, busca-se aquilo que dela escapou do nosso presente, mas que nunca escapa da história da educação e que nos envolve e possibilita reconhecer como se constituiu os primeiros espaços educativos infantis.

Faz-se necessário destacar o caminho percorrido na pesquisa e construção deste trabalho, cujo objetivo foi compreender a organização do ensino pré-primário em Brasília a partir dos documentos disponibilizados nos arquivos do DF. O primeiro, seguindo o viés metodológico de uma pesquisa em História, foi a busca por elementos de pré-escola nas bases de dados dos Arquivos já mencionados, por meio das palavras-chave “Jardim de infância”, “Pré-primário”, “Pré-escola” e “Jardins de infância”. Para o entendimento teórico desse percurso, fez-se leituras e orientações individuais sobre a importância da fonte para a História da Educação. Realizou-se, em paralelo, a sistematização em banco de dados das fontes coletadas, classificando-as e descrevendo o seu conteúdo. O quadro a seguir é um demonstrativo de como foi organizado o banco de dados da pesquisa.

Quadro 3: Demonstrativo da organização das fontes encontradas

ARQUIVO	FUNDO	TIPO DE FONTE	NÚMERO DA OCORRÊNCIA	DATA	OBSERVAÇÕES
Museu de Educação do Distrito Federal	Entrevistas	Relatos Oraís	120.2.E3	2004	Professora do Jardim de Infância 21 de abril no ano de sua inauguração
Arquivo Público do Distrito Federal	Gabinete de Governo	Documento Oficial-DECRETO	GABGOV-0054(4)d Pág. 37	20/04/1970	Aprova a planta e construção de um jardim de infância elaborado pela coordenação de Arquitetura e Urbanismo desta capital.
Biblioteca Central da UnB	Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal	Boletim	371(05) Parecer nº 68/67 Processo nº 15512/67	1967	Autorização de funcionamento da Escola maternal e jardim de infância Chapeuzinho Vermelho
Biblioteca do INEP	Periódico	Revista	V.40 N.91 Pág. 82	1963	Cita o Plano Educacional de

					Anísio Teixeira, relatando que a Faculdade de educação da UnB contará com uma rede de escolas para a prática e formação de professores a partir do jardim de infância.
--	--	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Acervos dos arquivos de Brasília – organizado pela autora

O quadro permite uma rápida visualização do banco de dados que foi criado na pesquisa, servindo como um localizador de fontes e até de temas para os pesquisadores interessados nos jardins de infância do Distrito Federal. Ele foi organizado em seis seções: a primeira foi o arquivo que a obra pertencia; a segunda qual o fundo que é uma classificação/organização interna que cada arquivo possui; a terceira seção foi o tipo de fonte; a quarta o número da ocorrência, que é um código que cada fonte possui; a quinta é a data disposta no documento e a sexta, às observações, que são as especificações dadas pela pesquisadora para cada fonte. É importante ressaltar que esse quadro é um demonstrativo, pois o banco oficial é maior, possui mais obras e não seria possível inserir todas aqui. Mas, os interessados, poderá ter acesso à coordenação do projeto de pesquisa. Durante a construção deste inventário percebe-se que quase nada é arquivado para futuras pesquisas historiográficas ou educacionais como afirma Anjos (2018):

Aquilo que é produzido pela criança, em especial, tem sido objeto de descarte sistemático. Isso aponta que ela e as experiências próprias do tempo infantil estão sendo ignoradas, não só na sociedade mais ampla, mas também quando o assunto é a memória que se quer preservar sobre as instituições de educação franqueadas a esse estrato da população. Para além de uma memória institucional, isso compromete (mas também complexifica!) As próprias pesquisas históricas ou educacionais que se queira fazer acerca dessas instituições, tomando por fonte a documentação atualmente arquivada. (ANJOS; SOUZA, 2018, p. 45 e 46).

Considera-se que a escola são “celeiros” de memórias, espaços nos quais se tece parte da memória histórica social. Dessa maneira, é preciso valorizar o que é vivido em instituições escolares e procurar documentar tudo que possa, a *posteriori*, ser utilizado para a compreensão daquele tempo histórico e construir uma narrativa sobre a educação. Através de vídeos, fotos, registros dos docentes sobre o desenvolvimento das crianças e atividades que elas realizam. Pois a falta desses registros ocasiona perdas para os campos de pesquisa histórica e a educacional.

No âmbito histórico a falta de Arquivos e fontes produzidas pelas crianças é algo habitual. Como demonstra a pesquisa, as obras são escassas e muitas vezes repetidas, mesmo que em diferentes acervos. Isso limita bastante os futuros estudos, pois com elas pode-se entender melhor a constituição dessas infâncias e procura-se extrair melhorias para as futuras gerações, baseando-se no passado. Os professores e funcionários das escolas devem assumir essa responsabilidade de preservar as memórias e organizar para que os pesquisadores possuam materiais de estudo.

Já na área educacional as desvantagens iniciam através da melhoria das práticas com as crianças. Porque nada melhor que as ouvir para conseguir entender as demandas e procurar solucionar o que está ocorrendo. Os demais registros produzidos pelas crianças contribuem para o aperfeiçoamento pedagógico. Aqui se fala das práticas das professoras da sua didática em sala de aula, servem para o aprimorar das suas ações baseando naquilo que as crianças dizem. E para o campo universitário também, os estudos das culturas escolares infantis, na parte da sociologia, filosofia, antropologia e até história das mesmas. Enfim, para o campo educacional tem-se muito o que aproveitar com essas pesquisas.

1.3. Tipos de fontes

De acordo com Ragazzini (2001), há dois tipos de fontes na história da educação escolar: "a) as Fontes para a história da escola e da educação, que auxiliam a interpretar e a escrever essa história; e b) as fontes da escola, ou seja, aquelas que provêm diretamente das práticas escolares". (RAGAZZINI, 2001, p.19). No primeiro grupo estão as que são efetivadas fora da escola (como as notícias em jornais e revistas sobre a educação e as instituições; documentos e publicações da Secretaria de Educação¹⁵; legislações; etc.).

Dentro da segunda estão aquelas que são produzidas dentro do ambiente escolar (como as atividades elaboradas por docentes e realizadas por professoras; relatórios de professoras, gestoras; cadernos e planos de atividades; etc.). Dentro deste trabalho o foco ficou naquelas fontes produzidas fora do ambiente escolar, mas que ajudam a entender e construir explicações sobre a escola e a escolarização em diferentes tempos históricos e espaços sociais. Isso se dá

¹⁵ Antes da secretaria de educação houve alguns órgãos que foram responsáveis pela educação no DF: a NOVACAP, CAESB (Comissão Administradora do Sistema Educacional de Brasília), a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Secretaria de Educação e Cultura, além do Conselho de Educação do Distrito Federal.

pelo fato de as fontes inventariadas serem desse grupo e não ter infelizmente nenhum vestígio produzido dentro da escola pelas crianças ou as professoras da referida época.

Atendo-se a três grandes tipos de fontes encontradas ao longo do inventário realizado –legislação escolar (portarias, decretos, regulamentos, leis), relatórios governamentais e imprensa periódica – demarca-se que aqui a primeira categoria é inventariada observando-se à compreensão reforçada por Anjos (2016, p. 103) de que, apesar de grande parte da configuração escolar surgir de determinações legais, “o historiador aprende que o texto legal é, sobretudo, uma fonte prescritiva: não é a realidade do funcionamento da escola, mas uma tentativa de organização e intervenção nessa realidade”. No caso específico do Distrito Federal essas leis foram encontradas em 3 dos 4 arquivos pesquisados. Estão predominantemente no fundo do gabinete de Governo, porém, se encontram nas obras do Museu de Educação do Distrito Federal e na Biblioteca Central da UnB.

Os Relatórios de Governo inventariados, informam a situação de todos os serviços públicos existentes, apresentam os serviços escolares, bem como uma ideia do contexto social. Tais documentos, atrelados às Atas de reuniões, balanços de gastos anuais, expedições de obras e pagamentos de pessoal, permitem acompanhar as demandas necessárias e executadas pelo governo, além de descobrir as suas prioridades, não só para o meio escolar. Os relatórios anuais foram inventariados e fazem parte do banco encontrados ao longo da década de 60. Com predominância no acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.

E por último e com maior predominância foram inventariadas notícias de jornais e revistas encontradas nos respectivos acervos. É pertinente ressaltar que Darnton (2005) demarca que notícias não são de fato o que aconteceu, mas, relatos de alguém sobre o que aconteceu. Assim, Anjos (2016) nos orienta a como interrogar e lidar com esse tipo de fonte:

Uma primeira forma de interrogá-la, no que diz respeito à sua relação com a história da educação escolar, é tratá-la como agente de propaganda e, em certa medida, produtora da escola e da escolarização. Muitas matérias, notícias e editoriais - a leitura contínua de qualquer jornal ou revista facilmente o confirma - falam, criticam, incentivam, sugerem e colocam a escola e a escolarização no primeiro plano da cena social, ensaiando, na pesquisa histórica, que se retenham vozes, as mais diferentes, de pessoas que agem no sentido de atribuir valor e significado à instituição escolar nos diversos tempos e espaços nos quais a imprensa periódica é posta em circulação. (ANJOS, 2016, p. 107).

Por isso, é preciso ter cuidado ao lidar com esse tipo de fonte, visto que, por mais que a imprensa tenha um discurso imparcial, carrega consigo valores sociais como toda instituição e

vai de acordo com aquilo que eles acreditam. Todavia, não impede que uma notícia que circulou seja falsa, ao contrário, elenca mais informações sobre o assunto e conseqüentemente mais possibilidades de interpretações. Desse modo, é preciso unir a notícia com outros indícios para analisar e possuir uma interpretação mais segura possível. Para essa pesquisa foi possível encontrar esse tipo de fonte em todos acervos utilizados.

2. DOCUMENTO INVENTARIADO, TEMA ENCONTRADO: ENTENDENDO OS JARDINS

Este capítulo trata sobre os temas elencados nos arquivos para construção deste inventário, separando os que se repetiram com maior frequência, utilizando como base as próprias fontes e dialogando com autores como Kubitscheck (2000), Teixeira (1961), Ábi-Saber (1963) e Chain (2018). Este capítulo se subdivide em três outros tópicos que tratam sobre a base legal que orienta a formação do sistema educacional de Brasília, o Plano de Construções Escolares (1961), arquitetura dos jardins de infância e o último sobre as professoras que atuavam nas instituições pré-escolares da época.

Desde da concepção do projeto de Brasília – chamado de Plano Piloto – de autoria de Lúcio Costa¹⁶, pensava-se em inovação e diferença. Assim adotou-se as ideias do CIAM¹⁷ considerando que “a arquitetura modernista significa uma ruptura com o passado colonial e um salto para o futuro.” (HOSTON, 1993, p.103). Almejando isso foi criado um concurso para elaboração do projeto Urbanístico da capital, que teve como vencedor o idealizado por Lúcio Costa. Segundo Kubitscheck (2000):

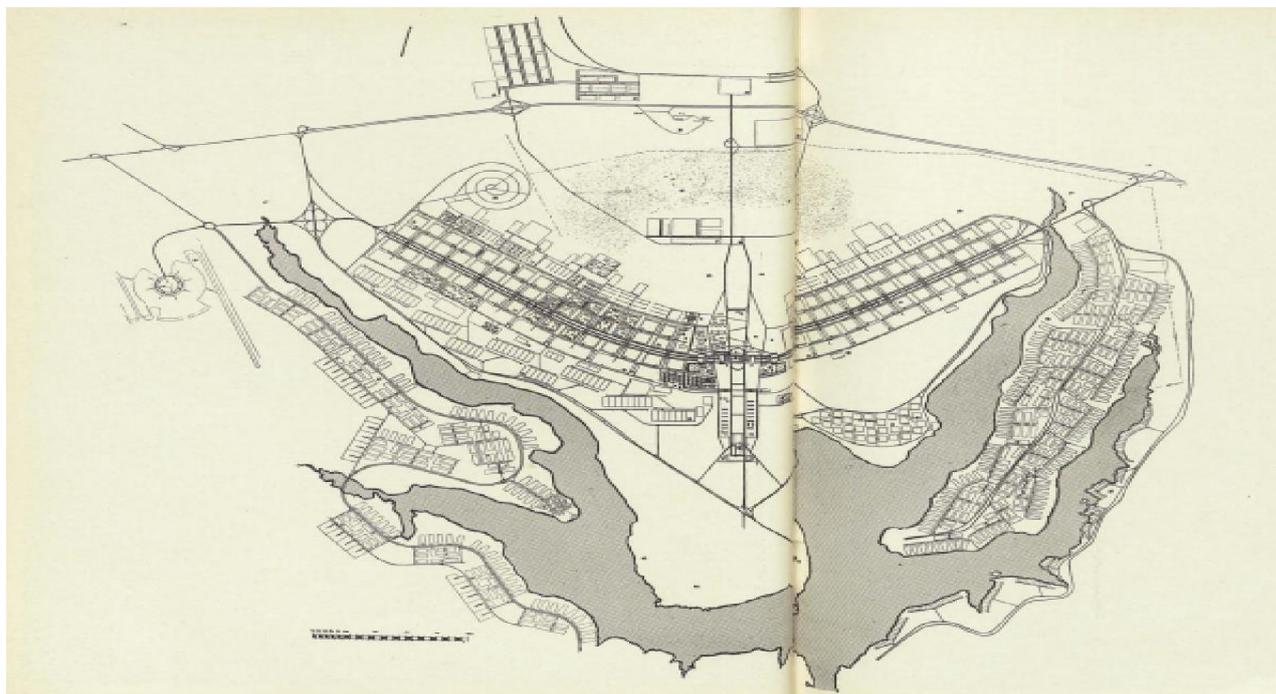
Brasília não poderia e não deveria ser uma cidade qualquer, igual ou semelhante a tantas outras que existiam no mundo. Devendo constituir a base de irradiação de um sistema desbravador que iria trazer, para a civilização, um universo irrevelado, teria de ser, forçosamente, uma metrópole com características diferentes, que ignorasse a realidade contemporânea e se voltasse, com todos os seus elementos constitutivos, para o futuro. (KUBITSCHEK, 2000, p. 71-72).

O projeto vencedor, como demonstra a imagem da sua planta abaixo, é um desenho em formato de uma cruz com os braços arqueados, muito parecido com um avião. O que seria a base da cruz ou o corpo do “avião” denomina-se Eixo Monumental ao passo que os braços ou “asas”, inicialmente nominados setores Sul e Norte, ficaram conhecidas como Asa Sul e de Asa Norte.

¹⁶ Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa (1902-1998), foi professor, urbanista e arquiteto brasileiro responsável pelo famoso projeto urbanístico do Plano Piloto na cidade de Brasília. Nasceu na França em 1902, foi pioneiro na Arquitetura Modernista no Brasil. (EBIOGRAFIA)

¹⁷ CIAM: Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. Esse movimento “Corpifica em sua forma e organização, a premissa de transformação social, ou seja, a de que a arquitetura e o urbanismo modernos são os meios para criação de novas formas de associação coletiva, de hábitos pessoais e de vida cotidiana.” (HOSTON, 1993, p. 37).

Imagem 1: Planta do Plano Piloto de Brasília – 1960



Fonte: Brasília, NOVACAP, 02/1960, p. 12 – Plano Piloto de Brasília – Planta em Desenvolvimento, 06 de fevereiro de 1960.

Ao longo do Eixo Monumental estão dispostos os edifícios públicos, as Asas abrigam os setores residenciais. Nas superquadras¹⁸ estão localizadas as escolas, áreas comerciais, áreas de lazer, igrejas, postos de saúde além dos hospitais. Tal proposta, reservava um espaço para os jardins de infância, tanto é que Anísio Teixeira (1961) calculou que para cada quadra residencial abrigaria uma população variável de 2.500 a 3.000 habitantes. A partir desse cálculo, projetou-se a população em idade escolar para os níveis elementar e médio. Percebe-se, então, que a educação tinha espaço físico específico dentro desse projeto urbanístico de Brasília. Porém, antes de existir esse planejamento conjunto, já existiam práticas voltadas para o ensino pré-primário, ainda antes da inauguração da capital. Como é o caso de uma ata de reunião oficial de governo que circulou em 1956, o documento previa a criação de “ÁREAS ESPECIAIS - destinadas à construção de: Posto Policial, Igreja, Sociedade Recreativa, Centro Social, Ginásio, Escolas, Clube Unidade de Vizinhança, Jardim de Infância[...]” (BRASÍLIA, 1956, p. 6). Em relação a isso os autores afirmam:

Antes mesmo que o plano educacional para Brasília fosse plenamente desenvolvido, a demanda já se apresentava. Se por um lado, registros da história de Brasília informam que os primeiros grupos que aqui se instalaram eram constituídos em sua

¹⁸ Superquadras: denominação dada às grandes quadras residenciais em que são divididas as Asas Sul e Norte.

grande maioria por operários e funcionários que vinham desacompanhados para o Planalto Central, havendo, portanto, poucas crianças, por outro lado, essa realidade começou a mudar já em 1957, período em que começam a chegar mais famílias. (ANJOS, MÜLLER, PINTO, 2018, p. 07).

Os autores reintegram que as práticas educativas e o planejamento das construções dessas instituições pré-escolares existiam antes da inauguração da cidade e que com a vinda da capital para o território acelerou-se as demandas de matrículas, obras e profissionais para atuarem na área. Com o intuito de atender a essa necessidade da educação, alguns órgãos foram criados com a finalidade de cuidar, zelar e se responsabilizar por esse processo. A NOVACAP foi a empresa responsável não só pelas obras, mas, também por cuidar do sistema educacional provisoriamente na década de 57 a 59. Segundo Anjos, Müller e Pinto (2018, p. 7): “outro indicativo do rápido crescimento do sistema educacional de Brasília é que no final de 1959, antes sequer da inauguração oficial da cidade, havia no DF mais de 100 professoras contratadas, distribuídas em 18 escolas primárias e três Jardins de Infância”. (ANJOS, MÜLLER, PINTO, 2018, p. 07).

Assim, houve a necessidade de criação de um sistema que fosse capaz de cuidar da educação em Brasília, como ocorria em outras unidades federativas do Brasil. Embasando os conhecimentos advindos dos normativos legais circulantes na época, é possível compreender a criação de órgãos do governo, extinção de comissão e secretarias responsáveis, mesmo que provisoriamente pelo sistema de ensino. Considerando a especificidade da nova capital que foi planejada em todos os seus aspectos, percebe-se que, com a educação, não foi diferente; foi criado um projeto específico intitulado de Plano de Construções Escolares (1961) idealizado por Anísio Teixeira. Um grande número de obras inventariadas citou esse plano, fazendo jus a famosa proposta estabelecida por ele. Um exemplo foi a notícia que circulou no Jornal do comércio “que estabelecia que para cada quadra seria construído: “1 jardim de infância, com 4 salas, para, em 2 turnos, atender a 160 crianças”. (JORNAL DO COMÉRCIO, Escolas para cada quadra, 13/03/1960, s.p).

Dentro da proposta urbanística de Brasília, estava o projeto de edificação dos jardins de infância e inserido nesse plano pensou-se de forma especial na localização, no espaço físico e nas vizinhanças para as escolas. Em relação as essas instituições se baseando nas ideias do manual o que é Jardim de Infância (1963):

Um espaço bastante amplo que comporte todas as instalações e acomodações necessárias; local seguro e de fácil acesso; localização em zona relativamente silenciosa, longe de barulho de fábricas, trânsito muito grande, sirenes, roncões de

aviões e toda espécie de ruído que distraia as crianças do trabalho ou do brinquedo calmo; local aprazível, arejado, com boas condições de luz e bem situado em relação ao sol e aos ventos; local que permita a construção do edifício a localização das áreas externas bem distantes das ruas; local que permita a expansão das construções, quando necessário; topografia adequada à boa localização do prédio, plantação de grama e de árvores, pavimentação de calçadas, escoamento de água. (ÁBI-SABER, 1963, p. 23-24).

Ficou notório que existia um viés filosófico e uma concepção moderna através dos espaços físicos dos Jardins, que era na verdade o reflexo de uma prática pedagógica. Por isso, a arquitetura escolar, foi outro tema relevante durante a pesquisa, visto que o plano arquitetônico dos jardins de infância eram os mesmos para todas as quadras da capital, pois de acordo com os documentos oficiais eles faziam parte das áreas especiais (Brasília, 1956) além de ser objeto de várias notícias circulantes na época, uma delas do Jornal do Comércio abordavam que “ o ensino primário em Brasília será oferecido em Centro de Educação Elementar, cada um constituirá um conjunto integrado por quatro jardins de infância [...]”. (JORNAL DO COMÉRCIO, Centros de educação [...], 13/03/1960, s.p).

Em relação ao interior do jardim de infância, chega-se ao tópico sobre as professoras que atuavam nestas intuições. Muitas ocorrências compareceram na documentação sobre as docentes, sendo possível perceber que as professoras precisavam ser bem capacitadas para atuar na educação pré-primária em Brasília. Segundo o jornal do Brasil: o Ministério da Educação estava recrutando professoras para trabalhar em Brasília:

A escolha de professores para Brasília será baseada nos dados pessoais e funcionais que cada um apresentar. Haverá, além disso, entrevistas com professores e técnicos do MEC e uma prova. O candidato, ao se inscrever, é obrigado a optar caso se destine ao Curso primário, por uma das seguintes opções: professor de classe, professor de jardim de infância, professor de educação física [...]. (JORNAL DO BRASIL, Ministério da educação[...], 22/01/1960, s.p).

Compreende-se que existia uma seleção para ingresso nessa área. Além disso, inferiu-se através de um certificado que uma professora recebeu por ter participado do Programa de

Assistência Brasileiro-Americana¹⁹ ao Ensino Elementar²⁰ (PABAE) que esse programa compôs as práticas pedagógicas da época. Pois o Museu de Educação do Distrito Federal (MUDE) traz como uma de suas obras o certificado de conclusão de curso de uma professora nos moldes desse programa.

2.1. A organização do sistema de educação das crianças pequenas no DF

Um dos diferenciais da “capital da esperança”²¹ foi o plano educacional inovador desenvolvido por Anísio Teixeira, que tinha como objetivo propiciar uma educação integral ao ser humano, valorizando o aspecto físico, cultural, intelectual e social do indivíduo. Tal proposta foi formulada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)²² enquanto Anísio Teixeira era seu diretor e tendo-o como grande responsável, mas, segundo (Kubistchek, 2000, p.141), ele contou com a ajuda de outros técnicos:

O Plano Educacional, embora elaborado por uma equipe de técnicos em ensino, chefiados pelo Professor Anísio Teixeira, teve a colaboração, também, de Lúcio Costa, que se incumbiu de ajustá-lo às peculiaridades urbanísticas de Brasília. Assim é que, sendo a cidade constituída de quadras e como cada quadra abrigaria uma população variável de 2.500 a 3.000 habitantes, foi calculada a população escolarizável para os níveis elementar e médio. (KUBITSCHKE, 2000, p. 143).

¹⁹ PABAE: Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar aconteceu entre 1956-1964, foi uma parceria estabelecida entre Brasil e Estados Unidos com o intuito de ofertar aperfeiçoamento as professoras primárias, a pôr em prática as novas metodologias consideradas modernas, inspiradas pela Escola Nova e que tiveram ampla circulação no território brasileiro durante os anos de existência do programa. (WASCHINEWSKI, 2018).

²⁰ Ensino Elementar: Considerado no Plano Educacional de Brasília como o ensino pré-primário e o ensino primário, considerando os jardins de infância, as escolas classes e as escolas parques. (TEIXEIRA, 1961).

²¹ Brasília ganhou essa nomenclatura época do governo de JK, por ele acreditar que “Brasília seria um marco para o país, pois “daria origem tanto a integração nacional como ao desenvolvimento regional, levando o mercado nacional às regiões de economia de subsistência. Em segundo lugar, ele sustentava que Brasília iria produzir tanto um novo espaço nacional como uma nova época para o país, incorporando o interior à economia e sendo ao mesmo tempo o marco decisivo na trajetória temporal do país rumo à sua emergência como uma grande nação”. (HOSTON, 1993, p. 25).

²² INEP: órgão do governo responsável por realizar estudos, levantamentos estatísticos e avaliativos em todas as modalidades de ensino do país. (INEP, 2022).

Esse grupo responsável por criar um projeto pedagógico diferenciado elaborou o plano educacional baseado em uma experiência que aconteceu na Bahia, segundo Pereira e Rocha (2011):

O plano foi concebido a partir da experiência bem-sucedida do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola Parque, implantado em Salvador. Anísio Teixeira (1962, p. 27) afirmava que “baseado no modelo deste centro, de Salvador, Bahia, foi organizado o sistema escolar de Brasília”, traduzido no documento intitulado Plano de Construções Escolares de Brasília. (PEREIRA, ROCHA, 2011, p. 27-28).

Quando explica o Plano de Construções Escolares de Brasília (1961), Anísio Teixeira (1961) informa que a intencionalidade do projeto foi obedecer ao propósito de abrir oportunidade para a Capital Federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir-se como exemplo de construção para o sistema educacional do país. Percebe-se essa finalidade também através da matéria que circulou no jornal O Globo:

E desde o início da construção da cidade proporcionaste escolas aos candanguinhos, surpreendeste as autoridades nacionais, e ao povo em geral por ocasião da transferência, garantindo matrícula a todas as crianças em modelar e revolucionários jardins de infância. (O GLOBO, A obra educacional, 04/10/1960, s.p).

Assim, entende-se que a proposta foi cumprida. Em relação aos Jardins é pertinente destacar que, para cada quadra foi pensada a construção de: “1- jardim da infância, com 4 salas, para, em 2 turnos de funcionamento, atender a 160 crianças (8 turmas de 20 crianças); 1- escola-classe, com 8 salas, para, em 2 turnos, atender a 480 crianças (16 turmas de 30 alunos)”. (TEIXEIRA, 1961, p. 196). As notícias que circulavam na época traziam de forma clara essas informações. No Jornal do Comercio, a informação era:

Como a futura capital será formada de quadras e cada quadra abrigará população variável de 2.500 a 3.000 habitantes, foi calculada a população escolarizável para o nível elementar de 6% relativos a idades de 4 a 6 anos [...] estabelecido que para cada quadra: 1 jardim de infância, com 4 salas, para em 2 turnos, atender a 160 crianças ou com 8 salas para funcionamento em regime integral[...]. (JORNAL DO COMÉRCIO, Escolas para cada quadra, 13/03/1960, s.p).

Segundo o Plano de Construções Escolares a educação seria dividida entre Centros elementar²³ e média. “O Centro de Educação Elementar compreende pavilhões de 'jardim de infância', de 'escola-classe, de 'artes industriais', de 'educação física', de 'atividades sociais', - de 'biblioteca escolar' -e de 'serviços gerais', portanto, algo como se fosse uma Universidade Infantil (TEIXEIRA, 1961, p. 195). Assim a:

Educação primária a ser oferecida em Centros de Educação Elementar, compreendendo:

- 'jardins da infância' - destinados à educação de crianças nas idades de 4, 5 e 6 anos;
- Escolas-classe: - para a educação intelectual sistemática de menores nas idades de 7 a 14 anos, em curso completo de seis anos ou séries escolares;
- 'Escolas-parque' - destinadas a complementar a tarefa 1 das "escolas-classe", mediante o desenvolvimento artístico, físico e recreativo da criança e sua iniciação no trabalho, mediante uma rede de instituições · ligadas entre si, dentro da mesma área e assim constituída:
 - Biblioteca infantil e museu;
 - Pavilhão para atividades de artes industriais;
 - Um conjunto para atividades de recreação;
 - Um conjunto para atividades sociais (música, dança, teatro, clubes, exposições);
 - Dependências para refeitório e administração;
 - Pequenos conjuntos residenciais para menores de 7 a 14 anos, sem família, sujeitos às mesmas atividades educativas que, os alunos externos. (TEIXEIRA, 1961, p.195)

O Plano de Construções Escolares de Brasília (TEIXEIRA, 1961) foi elaborado com os seguintes objetivos:

- a) distribuir equitativa e equidistante mente as escolas no Plano-Piloto e Cidades-Satélites, de modo que a criança percorresse o menor trajeto possível para chegar à escola, sem interferência com o tráfego de veículos, para comodidade e tranquilidade de pais e alunos;
- b) concentrar as crianças de todas as classes sociais na mesma escola (democratização);
- c) possibilitar o ensino a todas as crianças e adolescentes;
- d) romper com a rotina do sistema educacional brasileiro, pela elaboração de um plano novo, que proporcionasse à criança e ao adolescente uma educação integral;
- e) reunir, em um só centro, todos os cursos de grau médio, permitindo-se maior sociabilidade aos jovens da mesma idade que, embora frequentando classes diferentes, tivessem em comum atividades na biblioteca, na piscina, nos campos de esporte, nos grêmios, no refeitório, etc.
- f) facilitar o ensino particular, com fixação de áreas para externatos e internatos, vendidas a preço muito baixo, com pagamento facilitado (até através de bolsas de estudo). (MUSEU DE EDUCAÇÃO, s.a, s.p).

Outro fator importante, que reforça a ideia do projeto de Construções Escolares ser modelo para os demais locais do mundo, é ele ser um ambiente de exposição as autoridades da época. Esses vinham de outros estados conhecer esse modelo de ensino pré-primário. Segundo

²³ Centro Elementar: Complexo de escolas que reunia o ensino pré-primário, o ensino primário com conjunto de atividades sociais, biblioteca e museu com intuito de desenvolver o indivíduo de forma integral considerando competências socioemocionais, físicas, intelectuais e psicológicas.

o que aponta o Correio Braziliense (CB) “47 oficiais superiores do Exército chegaram para conhecer Brasília e na rota estava a visita ao Jardim de infância da Superquadra 308”. (CORREIO BRAZILIENSE, 21/06/1966, s.p). Se efetivando assim, em primeiro plano, a proposta de ser um modelo referência e expositor para o restante do país. Contudo é preciso salientar, como pontua Kubitschek (2000, p. 143), que o plano: “tratava-se de uma experiência educacional ousada, original e ajustada ao mundo em que vivemos. Apesar disso, ou talvez, por isso, foi alvo de críticas injustas, o que aliás, acontecia a tudo quanto se fazia em Brasília. ”

Paralelamente a todo esse planejamento de estrutura física, era preciso pensar na gestão desse sistema. Assim, os normativos, as leis, os decretos e os marcos legais, configuram a implementação do sistema de ensino do Distrito Federal, esses documentos se fazem importantes para entender esse processo. Sabe-se que antes da inauguração de Brasília, já se existiam práticas de grupos escolares na região onde seria construída a capital. Segundo dados do Departamento de Planejamento da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) Antes da Construção de Brasília, Planaltina, cidade centenária localizada neste Quadrilátero destinado ao Novo Distrito Federal já-contava com um sistema de ensino público e particular, subordinado à Secretaria de Educação do Estado de Goiás. (DISTRITO FEDERAL, 1976).

Com a chegada dos operários para a construção de Brasília e a proximidade de sua inauguração, muitas famílias vieram de mudança para o território. Assim, o contingente populacional só aumentava, inclusive o número de crianças que precisavam de educação. Os registros feitos pela Revista Brasília:

Em 1957, Brasília contava 150 alunos, 1 escola e 5 professores. Em 1958, 626 alunos, 2 escolas, 1 jardim de infância e 18 professores. Em 1959, 2.134 alunos, 12 escolas, 2 jardins e 67 professores. Em 1960, o ensino de Brasília, já sob a direção da Caseb, com mais de 5.000 alunos e 200 professores. (BRASILIA, 1960, p. 71).

Para dar conta de administrar tanta gente e diferentes demandas a NOVACAP assume essa responsabilidade. Como afirma o Departamento de Planejamento educacional (DEPLAN)²⁴:

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, representante do poder público, preocupada em atender às necessidades primordiais de educação primária das crianças filhas de seus funcionários e operários, assumiu esta responsabilidade, criando, em fins de 1956, o Departamento de Educação e Saúde, mais tarde Departamento de Educação e Difusão Cultural (Portaria nº 103/B/59-NOVACAP), com o encargo de promover atividades educacionais até a implantação

²⁴ DEPLAN: Departamento de Planejamento Educacional da Secretaria de Educação e cultura órgão responsável por cuidar dos trâmites burocráticos econômicos e documentais da secretaria de educação da época. (DISTRITO FEDERAL, 2001).

definitiva do Sistema Educacional do Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 29).

A NOVACAP se une com intelectuais do INEP para então pensar no projeto educacional de Brasília que deveria ser inovador. Daí o então diretor Anísio Teixeira inicia o processo de elaboração do Plano de Construções Escolares (1961). Contudo, essa responsabilidade de zelar do sistema educacional era um provimento provisório, que precisava ser designado a área competente específica e especializada. Para isso, foi instituído o Decreto nº 47.472, de 22 de dezembro de 1959, que criou a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB):

Art. 1º - A CASEB tem por finalidade, organizar e administrar o ensino primário e os ensinos de grau médio em Brasília, e incrementar as atividades culturais na nova capital.

Art. 6 - São atribuições da Comissão Deliberativa:

I - Decidir sobre:

- a) planejamento do sistema educacional;
- b) organização de serviço;
- c) normas para seleção do pessoal docente, administrativo e técnico; e d) localização de escolas e organização de projetos de construção e equipamento escolar.

II - Aprovar:

- a) o plano anual de trabalho da CASEB;
- b) normas reguladoras de atividades educacionais e culturais.

III - Examinar e submeter apreciação da autoridade competente o plano anual de aplicação dos recursos destinados ao sistema educacional de Brasília.

IV – Acompanhar a execução de planos e aprovar os Relatórios do Diretor Executivo. (DISTRITO FEDERAL, 1984, p. 125).

A CASEB passou a direcionar e administrar os passos desse sistema que viveu em consonância com o desenvolvimento urbanístico de Brasília, e com isso já identificou problemas relacionados a própria inauguração da capital. Como foi caso de escolas que não estavam construídas e precisavam ser finalizadas. Em meio a esse contexto, em 1960, o decreto nº 48.297 cria a Fundação Educacional do Distrito Federal que nasce com a função de executar a política educacional do DF de modo a assegurar a eficácia do sistema de ensino oficial.

A Fundação Educacional do Distrito Federal passou, então, a supervisionar os ensinos primários e médio da nova Capital, de vez que a CASEB fora criada como órgão em caráter transitório pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo a sua atuação apenas enquanto não se organizasse o governo de Brasília. (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 63).

Essa Fundação foi vinculada à Superintendência Geral de Educação e Cultura, criada pelo decreto nº 43, de 28, de março de 1961, como órgão colaborador e de entidade autônoma tendo seus próprios estatutos. Porém, houve a criação do Decreto nº 422, de 16 de junho de 1965, que descentralizou o órgão e o ofertou personalidade jurídica.

Seguindo adiante, o Decreto nº 171/1962 instituiu o Conselho de Educação do Distrito Federal como órgão deliberativo, coletivo, normativo e orientador das atividades educacionais do sistema educacional do DF. Em 1964, a Lei nº 4545, instituiu a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), com a incumbência de organizar o sistema de ensino do Distrito Federal.

A Lei 4.024/61, estabelece que a rede oficial de educação do Distrito Federal tinha sua organização fundamentada em dois níveis educacionais: primário e médio. Onde a educação de grau primária compreendia o ensino pré-primário em jardins de infância e escolas classes que se destinava à educação de crianças entre 4 a 6 anos. Além do ensino primário que também fazia parte desse nível educacional.

2.2 Materialidade arquitetônica: o que as fontes demonstram sobre os jardins

Partindo do pressuposto que dentro dos processos educativos existem muitas variáveis que influenciam as aprendizagens e o desenvolvimento, pode-se considerar que o espaço, também faz parte desse escopo, sabendo disso, utiliza-se para análise, como fonte, algumas imagens do livro das escolas da FEDF que está disponível no inventário de fontes dessa pesquisa.

A primeira imagem é a planta do primeiro jardim de infância de Brasília, o 21 de abril, ou, como também era conhecido na época, Jardim de Infância da Caixa Econômica. Considerando que ele é um vestígio de um ambiente projetado com intencionalidade e que revela sobre os novos paradigmas da época, de acordo com Chain (2018, p. 27), “o programa de arquitetura da nova rede escolar proposta por ele já expressava o sentido de renovação cultural pretendido pelo grupo de educadores progressistas do qual Anísio fazia parte”. Assim expressa, as ideias da escola novista. É preciso se atentar para o pensamento de Hoston (1993), “a vinculação entre um projeto urbanístico e um programa de mudança social é traço básico do planejamento em grande escala na arquitetura moderna.” (HOSTON, 1993, p. 67).

Imagem 2: Planta baixa do Jardim de Infância 21 de Abril e fotografia da fachada do Jardim de Infância 21 de Abril

O partido de arquitetura concebido para este programa [para os jardins de infância] dialogava estreitamente com a tipologia definida para o programa escola-classe – pavimento térreo organizado funcionalmente em dois blocos perpendiculares, um definido pela distribuição de salas de aula e outro pelos usos administrativos. Neste projeto, o pátio coberto se conformaria na intersecção entre os blocos e a relação das salas de aula com o exterior seria ainda mais acentuada pelo desenho dos caixilhos de piso a teto, bem como pela criação de uma pequena varanda para cada uma das salas de aula. O programa jardim-de-infância, ainda mais que o escola-classe, encontraria nesta implantação dispositivos projetuais para fazer dos limites da sala de aula espaços de transição fluidos em direção às áreas abertas das superquadras. (CHAIN, 2018, p. 81).

Se atendo ao PABAE, na coleção sobre o que era os jardins de infância, ele traz que os objetivos do moderno jardim de infância em relação aos espaços são:

- “Rodear a criança de um ambiente sadio, no qual ela possa viver e conviver bem com os colegas e com todos os membros do seu grupo (...);
- A educação pré-escolar deve se basear nas necessidades e interesses das crianças (...);
- Deve-se proporcionar às crianças:
- “segurança, afeto e aceitação pelos companheiros (...);
- ser reconhecida como indivíduo que tem interesses, habilidades e recursos pessoais (...);
- ter experiência de grupo...muitas oportunidades de partilhar suas experiências e pertences (...);
- meios de satisfazer sua curiosidade (...);
- experiência com diferentes materiais (...);
- oportunidades variadas de expressão espontânea, livre, fácil, clara (através da linguagem, da pintura, do desenho, atividades manuais, música, canto, movimentos rítmicos, dança, etc.);
- Oportunidades de aceitar responsabilidades e conquistar independência (...). (ÁBI-SABER, 1963, p. 16-19).

Todas essas considerações são importantes e estão presentes nos espaços dos jardins de infância da época. Percebe-se, através desses vestígios, que os objetivos que Chain (2018) e Abi-saber (1963) estão sendo cumpridos e realizados nas instituições da cidade.

2.3 As professoras e as práticas nos Jardins de Infância

Em relação às professoras que atuavam nos jardins de infância de Brasília, percebe-se que as docentes precisavam ser bem capacitadas e qualificadas para ocupar o cargo. Para fazer parte do grupo de professoras de Brasília segundo entrevista com a professora Beatriz era preciso “passar por concurso nacional, no sistema educacional da nova capital” (ROS, 2009, s/p). Outra comprovação desse requisito é o relato da professora Elmira que além de passar pelo concurso, precisou assumir a vice direção do jardim de infância 21 de abril. Ela relata que fez

parte do “corpo docente pioneiro, tendo sido uma das sete ou oito professoras designadas para atuar em Jardim de Infância”. (WEHKE, 2004, s.p).

Além desses indícios de seleção para ingresso no corpo pedagógico de Brasília através de concurso as notícias já apresentam vestígios de uma possível formação continuada e específica para o ensino pré-primário. Enfatizando a preocupação com a formação de qualidade para as trabalhadoras do determinado segmento:

Promovido pela secretaria de educação da pdf será realizada hoje a entrega dos certificados de conclusão do curso, de aperfeiçoamento de professoras de educação pré-primária, no Jardim de infância da praça 21 de Abril. (O GLOBO, Professoras, 06/07/1966, s.p).

Durante a década investigada houve o incentivo para o aperfeiçoamento das profissionais, e para essa formação existiu também circulação de alguns manuais orientadores para professoras no Brasil, assim, comprova-se que as influências deles tenham chegado até o DF. Infere-se isso através de certificados de participação em cursos que algumas docentes utilizaram aqui em Brasília na época. A professora Cleuza é um exemplo de profissional que participou do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAEE). Esse programa, segundo Waschinewski e Rabelo (2018):

Ocorreu entre os anos 1956-1964, no período conhecido como desenvolvimentista, durante o governo de Juscelino Kubitscheck (1956 a 1961). A realização do acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos (EUA) tinha como objetivo reduzir os índices de evasão e repetência das escolas primárias brasileiras, contribuindo assim para a melhoria das questões educacionais do país. (WASCHINEWSKI, RABELO, 2018, p. 290).

A coleção do PABAEE é constituída por mais de 40 livros, dentro da biblioteca da professora primária existem sete livros, com temas diferenciados e com autores diversos. Desta biblioteca o manual mais apropriado para a realidade dos jardins de infância é o intitulado: “O que é o Jardim Infância”, da autora Nazira Féres Abi-Sáber, publicado em 1965²⁵. O manual traz orientações pedagógicas para as professoras, entre elas, traz a noção que o papel dessas profissionais não se dava somente ao ofício de lecionar ou as práticas pedagógicas dentro de

²⁵ Nazira Féres Abi-Sáber: Se formou no curso de elementar na Universidade Indiana (EUA), técnica em Didática de Educação pré-primária do estado de Minas Gerais e membra do conselho estadual de Educação de Minas Gerais. (WASCHINEWSKI; RABELO, 2018).

sala. Mas, se iniciava antes da construção dos prédios escolares, visto que, era necessário sempre que possível a criação de uma comissão constitutiva que deveria ter: “Um arquiteto, diretora e orientadora técnica da escola, professoras e médicos” (ÁBI-SABER, 1963, p. 29), afim de fazer considerações antes do início das obras.

Em relação a preparação para as aulas a orientação era de ser cuidadosa, afetuosa, pois a professora era responsável pelo acolhimento daquelas crianças naquele espaço.

É de suma importância que a professora faça planos minuciosos e que com bastante cuidado antes do início das aulas[...] A professora será amplamente compensada se fizer um preparo cuidadoso e aplicar todos os seus esforços no sentido de receber as crianças com o máximo de cuidado e atenção. ” (ÁBI-SABER, 1963, p. 55).

Diante do escopo de possibilidades de fontes, os manuais são importantes pois ajudam a entender como esses documentos ensinavam as professoras a se comportarem. Orientava as docentes em relação às regras e formas de se portar diante das eventuais situações que elas podiam estar envolvidas, assim:

Manuais escolares são compreendidos como importantes fontes de pesquisa para o campo da História da Educação, pois nos ajudam a compreender as normatizações das atividades de ensino, presentes no cotidiano escolar, bem como o direcionamento para a construção do comportamento dos/as professores/as e seus alunos/as. (WASCHINEWSKI, RABELO, 2018, p. 288).

Assim, essas fontes se fazem importante, pois:

Contribuíram no processo de construção das novas mentalidades, na medida em que se vivia o entusiasmo da modernização. Todo esse intuito de um novo modo de ser professora primária revela que os manuais, destinados ao aperfeiçoamento das professoras, não eram um simples depósito de conteúdo, mas estavam impregnados de um conjunto de elementos que perpassam o campo do gênero, da moral, da disciplina que, somados, constituíam um conteúdo disciplinador e pronto para formar um novo jeito de ser professora. (WASCHINEWSKI, RABELO, 2018, p. 297).

Dessa maneira, percebe-se que houve influência desses manuais nas práticas pedagógicas das docentes, houve registros sobre o PABAAE, em relação especificamente a esse programa a professora Anísia relata entre outras coisas que:

O entusiasmo dos professores; a confiança dos pais em manter seus filhos na escola pública; a reciclagem através dos cursos do PABAAE; o papel do INEP e do CLINEP no contexto da formação docente; a excelência do trabalho realizado por dona Helena Reis, diretora-geral com curso no exterior; enfim, a educação conduzida naquele tempo, no DF, como um projeto. (CRAVO, 1985, s.p.).

Sabendo disso, percebe-se através dos relatos orais dessas trabalhadoras que existiam práticas pedagógicas baseadas em manuais e cartilhas escolares, talvez não ocorreram de forma tão explícita ou talvez as fontes não trouxeram de forma tão clara quais foram as cartilhas e manuais. Mas, a professora Beatriz comenta:

A respeito da rotina das crianças no Jardim destacando para as atividades livres e múltiplas, como a hora das novidades, hora da historinha, jogos, brincadeiras, exercícios, cantinho da boneca, música, teatro e artes plásticas, culminando com o recreio, a ginástica, o lanche e a avaliação do dia. (ROS, 2009, s.p.).

Esse depoimento revela práticas dessas professoras, assim como, faz relação com a proposta moderna que o plano educacional de Brasília propunha e conseqüentemente com os espaços pensados para as crianças. Desse modo, a finalidade do manual é: “servir como base didática para as professoras primárias, cujo objetivo principal era servir de instrumento para a aquisição da filosofia e das novas técnicas da escola moderna”. (WASCHINEWSKI e RABELO, 2018, p. 298).

O sucesso da inserção das crianças naquele ambiente institucional estava muito condicionado a profissional e a forma como ela ia atuar. ÁBI-SABER (1963) continua suas orientações enfatizando que: “a professora tem de ser um pouco mãe de todos e procurar, antes do mais, se fazer amiga e companheira das crianças, resolvendo suas dificuldades e dando-lhe segurança”. (ÁBI-SABER, 1963, p.56). Fazendo isso, as crianças começam a se sentir seguras e confiantes naquele novo espaço que estão desbravando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de finalizar este trabalho, retoma-se o objetivo que permitiu tal conclusão do estudo: compreender a organização do ensino pré-primário em Brasília a partir dos documentos disponibilizados nos arquivos do DF. Diante dessa meta e do caminho trilhado, é possível considerar que o objetivo foi alcançado, quando no primeiro capítulo fez-se um esforço histórico de elencar as instituições pré-escolares na década de 1960 no Distrito Federal, dialogando com o ofício dos historiadores, bem como com o processo de inventariar os acervos e seus documentos utilizados como fontes.

Ao ter contato com os Arquivos, coaduna-se com Farge (2009) quando ela afirma que: “quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a emoção é um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado, a do silêncio”. (FARGE, 2009, p. 37). Apesar de não poder estar presencialmente nesses acervos tocando nas obras, sem dúvidas a emoção foi um fato importante e que contribuiu para o desempenho da pesquisa, visto que, ao lidar com todo o material, as peças do quebra-cabeças começavam a se encaixar e fazer sentido.

No cotejamento dos temas encontrados ao longo da pesquisa, a cultura material²⁶ não foi um tema recorrente durante a análise dos documentos, o que não deixa de ser intrigante – considerando a composição da materialidade necessária dentro de uma instituição de ensino – nenhum documento escrito por professoras que atuaram na época foi catalogado, salvo os relatos orais das docentes de como se configurou o sistema e os trâmites naquela determinada época e os certificados de curso de aperfeiçoamento que elas fizeram pelo PABAE, revelando que, se essas profissionais fizeram o curso, o manual da Názira Abi-Sáber pode ter sido sim um orientador das práticas de muitas das professoras da pré-escola no DF.

Durante a realização do trabalho foi possível lidar com vários tipos de fontes, a categoria notícias são as que predominam em questão de quantidade, seguida de documentos oficiais do governo. Não foi encontrado nenhum material produzido pela e com as crianças, confirmando o que Anjos (2018) relata:

Aquilo que é produzido pela criança, em especial, tem sido objeto de descarte sistemático. Isso aponta que ela e as experiências próprias do tempo infantil estão sendo ignoradas, não só na sociedade mais ampla, mas também quando o assunto é a

²⁶ Cultura material: Associada aos elementos concretos de uma sociedade está a cultura material ou o patrimônio cultural material. Esses elementos foram sendo criados ao longo do tempo e, portanto, representam a história de determinado povo. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/cultura-material-e-imaterial>>, acesso em jul.2022, às 18h54.

memória que se quer preservar sobre as instituições de educação franqueadas a esse estrato da população. (ANJOS; SOUZA, 2018, p. 45).

Depois de já iniciado o processo de catalogação dos temas pesquisados, foi possível elencar alguns temas possíveis de serem pesquisados, que apareciam com uma maior frequência nos documentos encontrados. Assim, no segundo capítulo, tratou-se das questões que se destacam no quesito de ocorrência.

É importante ressaltar que existem outros temas, tais como: questões orçamentarias ligadas as instituições pré-escolares (investimentos do governo, despesas, metas, fiscalização, avaliações entre outros), quais eram as políticas públicas voltadas para essa etapa de ensino na época, é possível também fazer uma análise sobre os normativos vigentes, saber sobre os recursos pedagógicos utilizados, as práticas pedagógicas, quais eram os tipos de infâncias presentes nessas instituições, as brincadeiras, os brinquedos utilizados, mobiliários, métodos, metodologias, além de investigar sobre a quantidade vagas e matrículas ofertadas e entender como eram as parcerias realizadas entre as instituições religiosas e filantrópicas para os jardins de infância (doação de terrenos, por exemplo). Todos esses assuntos devem ser aprofundados em pesquisas futuras, pois eles ajudarão a criar interpretações que nos levam a entender as narrativas históricas da Educação Infantil no DF. Porém, por escolha, não foi possível esmiuçar todas aqui neste trabalho.

Em relação aos temas elencados, foi possível entender que eles estão interligados, considerando inclusive, que todas as questões levantadas fazem parte diretamente do Plano de Construções Escolares, proposto por Anísio Teixeira, projeto esse que tinha como objetivo ser modelo para a nação brasileira Kubitschek (2000). Observa-se que os temas estão conectados, tecem uma teia entre si e são importantes para entendimento da conjuntura da época. Indicando que os Jardins de infância eram espaços educativos pensado em todos os sentidos embasados nos conhecimentos científicos para educação integral das crianças pequenas.

Sobre a organização administrativa e arquitetônica, percebe-se, que esses temas atravessam pela própria história de construção de Brasília. Visto que, Brasília é “o exemplo mais completo já construído das doutrinas arquitetônicas e urbanísticas apresentadas pelos manifestos do CIAM. ” (HOSTON, 1993, p.37). Essas questões estão inseridas no Plano Urbanístico de Brasília com a integração do Plano de Construções Escolares, assim como a de estrutura das instâncias administrativas que teriam que gerir essa primeira organização, como NOVACAP, CASEB, FEDF e SEC. Para o funcionamento de todo esse aparato governamental precisou-se de um amparo legal para instituição do sistema de ensino no DF.

Outra é da própria organização arquitetônica, por meio do documento do livro da FEDF, que traz um compilado sobre os jardins e que permite, em confronto com outras fontes e estudos, atentar-se para essa organização que comportaria em seus prédios as práticas realizadas com as crianças e que, portanto, tinham que ser condizentes com o que era esperado de ser realizado naqueles espaços.

Sobre as professoras, sabe-se pouco sobre os métodos e a metodologias que eram utilizados por elas. Acredita-se que elas tenham se apropriado de manuais orientadores como PABAAE, além de outros que circulavam no Brasil na determinada época. Além de tudo isso, a capacitação foi outro ponto importante dentro desse tema, as docentes para compor a equipe precisavam cumprir com alguns pré-requisitos de seleção e após serem selecionadas passavam por cursos de aperfeiçoamento e até “reciclagem” como relata uma das professoras pioneiras entrevistadas.

A conjuntura em Brasília era de organização, nascimento e crescimento. Uma cidade planejada estava ganhando vida e forma, apesar de já existir uma demanda considerável de moradores na região vindos com a intenção de construir essa capital. Tudo acontecia de forma intensa e rápida pois o presidente JK pretendia atender ao compromisso de sua candidatura. Assim, houve construções dos espaços planejados através do projeto de Construções Escolares (1961), porém, a demanda foi maior do se esperava, a ponto que, ao se considerar as pré-escolas após dois anos de inauguração terem sido insuficientes para o tanto de matrículas e crianças que precisavam fazer parte desse sistema de ensino.

Esse fato é evidenciado através da jornalista Yvone Jean, que escreveu em sua coluna em 1962 que “Até agora só construíram dois jardins de infância. [...] A Novacap deve, imediatamente. Planejar novos prédios que a Fundação Educacional mobiliará. Caso falem professoras-jardineiras sugerimos o aproveitamento das normalistas.” (CE, Mais jardins[...], 1962.n.p). Levando em consideração essa fonte, é possível compreender quando Pinto, Anjos e Müller, (2018) apontam contrastes de acesso aos jardins de infância na década de 1960. Como é possível acompanhar em outras notícias em jornais:

O sistema educacional do DF enfrentou, desde o início, uma batalha entre o ideal planejado e as necessidades que se apresentavam diante do vertiginoso crescimento populacional. Ainda sobre essa questão do planejamento disposto dos jardins de infância que existiam nesses primeiros dois anos, previa o funcionamento em regime integral, mas, as notícias relatam que só funcionavam por meio período. (CORREIO ESTUDANTIL, Mais jardins[...], 1962).

A partir desses fatos, pode-se dizer, que a resposta à pergunta inicial lançada neste trabalho foi respondida e que foram construídas narrativas para o ensino pré-escolar em Brasília na referida época, se efetivando o que Bloch (2011) afirma ser o papel do historiador. É difícil chegar à conclusão que apesar de existir um projeto de educação tão ambicioso para a capital do país, que destinava espaços próprios dentro do Projeto Urbanístico, com uma arquitetura moderna, exigindo profissionais altamente qualificadas para os cargos tenha ficado reduzido a quase que somente como um experimento e as ideias e que não tenha se efetivado de forma concreta em Brasília e nas demais regiões do Distrito Federal.

Como foi explicitado o inventário de fontes construído nessa pesquisa serve como um indicador inicial de possíveis caminhos para pesquisas da área, serve como consultas dos temas elencados nele. Considerando isso, ele deve percorrer estudos futuros. A pesquisa não se encerra com o meu trabalho, pois existem outras possibilidades que o inventário de fontes pode proporcionar a área da história da educação da criança pequena no DF. Abordando outras décadas e também na mesma investigando as contraposições de fontes, por exemplo e também às práticas. Desta forma, é possível reforçar a ideia de Mignot, Silva e Silva (2014, p. 20): “como outros, este inventário é incompleto e inconcluso. Precisa da curiosidade intelectual e da vontade política para que continue, todo dia, no interior de cada escola na busca por conhecer sua história”. Diante do exposto, é importante salientar, que não tive acesso a todas as obras ligadas à educação pré-escolar de forma online do Arquivo Público do Distrito Federal, isso denota que possa haver mais obras que sirvam como indícios sobre a história pré-escolar no DF.

Dessa maneira, percebe-se que o processo de organização da educação infantil no Distrito Federal é um campo que necessita de mais estudos, trabalhos e pesquisas. Como demonstram Anjos, Müller e Pinto (2018), quando se trata de pesquisar a educação infantil no Distrito Federal, percebe-se que é “um processo histórico que consideramos ainda em movimento e inacabado”. (ANJOS, MÜLLER, PINTO, 2018, p. 04).

Chegando ao fim da exposição, trago minhas perspectivas futuras: de imediato iniciarei a minha especialização e assumirei minha vaga na SEEDF. Pretendo continuar estudando e me aprofundando nessa área de História da Educação, lidando com esse tema em uma possível pesquisa de mestrado, se a minha orientadora me aceitar. E, por último (ou em primeiro, ou concomitante, dependendo da vontade de Deus e ocorrências da vida, que são planejadas e outras nos foge do controle), ser mãe está nos meus projetos de vida a curto prazo. Enfim, muitos são os sonhos, projetos e metas que pretendo alcançar ainda! Obrigada!

REFERÊNCIAS

ABI-SÁBER, Nazira Féres. O que é Jardim de Infância. Programa de Assistência Brasileiro Americana – PABAE. Belo Horizonte, 1963.

ARCE, A., (2002b). **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins-de-infância**. Petrópolis: Vozes.

ALVES do Amaral dos Santos, Ana Caroline. **O Jardim de Infância da Escola Normal de Brasília: vestígios de uma prática** / Ana Caroline Alves do Amaral dos Santos; orientador Etienne Baldez; Brasília, 2020. 127 p.

ANJOS, J. J. T.. **Teorizando e apresentando fontes para a pesquisa sobre a história da escola e da escolarização no Paraná**. In: SILVA, Eliane Paganini; SILVA, Sandra Arlete de Camargo. (Org.). Metodologia da pesquisa científica em educação: dos desafios emergentes a resultados eminentes. Iaed.Curitiba: Ithala, 2016, v., p. 100-113.

ANJOS, J. J. T.; SOUZA, G. **Arquivos históricos nas instituições de educação infantil: reflexões e pistas para sua constituição**. In: MORO, Catarina; SOUZA, Gizele de. (Org.). Educação infantil: construção de sentidos e formação. Iaed.Curitiba: NEPIE/UFPR, 2018, v., p. 45-66.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL (ArPDF). **Guia de fundos**. Brasília, 2018.

BARBOSA, Etienne B. L.. Três colunas do Jornal Correio Braziliense e os primeiros jardins de infância de Brasília: o provimento material solicitado (1960-1965). In: Andréa Bezerra Cordeiro; Gécia Aline Garcia; Ana Paula de Souza Kincheski; Júlia Naomi Kanazawa. (Org.). **A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede** [recurso eletrônico. Ied.Curitiba: NEPIE/UFPR, 2021, v. 1, p. 207-224.

BASTOS, Maria Helena C. **Manual para os jardins de infância: ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira – 1882**. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.

BLOOH, Marc. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: lahar, 2011

BRASIL, Decreto nº 47.472, de 22 de dezembro de 1959, **que institui à Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB)**. Diário Oficial da União Seção 1, p. 26636, 22 de dezembro de 1959.

BRASIL, **Decreto nº 48.297 cria a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF)**. Diário Oficial da União -Seção 1, p. 9237, 18 de junho de 1960.

BRASIL, **Decreto nº 43 reorganiza a Estrutura Administrativa da Prefeitura do Distrito Federal**. Diário Oficial da União -Seção 1, p. 3095, 28 de março de 1960.

BRASIL, **Decreto nº 422 estabelece a estrutura e define a competência básica dos órgãos da Secretaria de Educação e Cultura.** Diário Oficial da União -Seção1, p. 6444, 16 de junho de 1965.

BRASIL, Decreto n ° 171/1962 **dispõe sobre a constituição do conselho de educação do Distrito Federal.** Diário Oficial da União -Seção 1, p.2611, 7 de março de 1962.

BRASIL, Lei n ° 4545, **institui a Secretaria de Educação e Cultura (SEC).** Diário Oficial da União - Seção 1, p. 11385, 14 de dezembro de 1964.

BRASIL, Lei n °4.024, **fixa as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União. - Seção 1, p.2633, 27 de dezembro de 1961.

BRASIL. Planalto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei No 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm Acesso em: 23/03/2022

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 374-415.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.530, de 14 de março de 1985. **Aprova o regimento do ArPDF.** Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, ano X, n. 50,14 mar. 1985. Suplemento.

_____. Decreto nº 8.530, de 14 de março de 1985. Criação do ArPDF. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Brasília, ano IX, n. 50,14 mar. 1985. Suplemento.

BRASÍLIA. **FEDF. Fundação Educacional do Distrito Federal. Escolas da FEDF** –Brasília, Cruzeiro, Guará, Planaltina, Sobradinho. Brasília, vol. 1, 1985.

BRASÍLIA. NOVACAP. **Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.** Ano 4, n.40, abr., 1960. (ArPDF, NOV-D-4-2-Z-0001(40) p. 73)

CARVALHÊDO, Shirley do Prado. **O Arquivo Público do Distrito Federal: contextos, concepções e práticas informacionais na trajetória de uma instituição arquivística.** 189 p.Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília,2003.

CHAHIN, Samira Bueno. **Cidade nova, escolas novas? Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília.** Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

CORREIO BRAZILIENSE. **O ensino dia a dia, Yvone Jean,**1965(YJ-PI-1-A-0002(1) p.8)

CORREIO BRAZILIENSE. **47 alunos do estado-maior das forças armadas chegam hoje para conhecer Brasília.** Em 21 de junho de 1966, n.p. (ArPDF, NOV D-4-1-Z-003A(1) p.53)

CORREIO BRAZILIENSE. **Brincam juntos no jardim de infância filhos de deputados e de “candangos”**. Em 27 de abril de 1960, p. 01. (HDBN)

CORREIO EESTUDANTIL. **Jardim-Yvone Jean**.1962. (ArPDF, YJ-PI-1-A-0001(6) p. 36)

CORREIO ESTUDANTIL. **Mais jardins de infância! -Yvone Jean**.1962. (ArPDF, YJ-PI-1-A-0001(1) p.41)

CRAVO, Anísia Santos da Rocha. **Entrevista realizada por Erasto Fortes de Mendonça e Cinira Maria Nóbrega**. Revisores da transcrição de materiais: Paulo Emílio R. Ferreira. Museu da Educação, Brasília, 2001. (MUDE, 120.2.A3)

DARNTON, Robert. As notícias em paris: uma pioneira sociedade da informação. In: **Os dentes falsos de George Washington**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 40_90. _____. Entrevista. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. (Org.). **As muitas faces da história: nove entrevistas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000, p. 81-118.

DINIZ, Daylane Soares, **a alfabetização de crianças nos primórdios de Brasília: uma história singular**; Daylane Soares Diniz; orientadora Maria Alexandra Militão Rodrigues, Brasília, 2012, 84p.

DISTRITO FEDERAL. Departamento de Planejamento Educacional. **A origem do sistema educacional de Brasília: Criação da CASEB, 22/12/1959** / elaboração de Celso Bubeneck, Gildo Willadino, Regina Marcia de Jesus Lima. Brasília: Departamento de Planejamento Educacional, 1984. 125 p.

DISTRITO FEDERAL. **40 anos de educação em Brasília**. Brasília: Secretaria de Estado de Educação, 2001.

DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Educação. Departamento de Planejamento Educacional. Séries históricas -1960 a 1976**. Brasília: DEPLAN, Divisão de Pesquisa,1976.

DUBY, Georges. O prazer do historiador. In: NORA, Pierre (Org.). **Ensaio de ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1989.

EBIOGRAFIA, Disponível em: https://www.ebiografia.com/lucio_costa/, acesso em 01 jul,2022 às 19h30.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989.

FRANÇA, Guilherme de Azevedo. **Levantamento de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião / DF (1956-1996)**. 2020. 271 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

GALTER, M. I. Mendes, C.M.M.;Perin, C.S.B. Manifesto dos pioneiros da Educação Nova de 1932:Relação entre conhecimento, indivíduo e sociedade. **Educere et Educare, [S. l.]**, v. 11,

n. 21, 2016. DOI: 10.17648/educare. v11i21.13529. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/13529>. Acesso em: 07 jul. 2022.

GINZBURG, Carlo Ekprhasis e Citação. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991a, p. 215-232.

O GLOBO. **A obra educacional**. Em 04 de outubro de 1960. n.p (ArPDF. NOV-D-4-2-Z-0001(38). p.12).

O GLOBO. **Professôras**. Em 06 de julho de 1966, n.p. (NOV D-4-1-Z-0003A(2) p. 15).

GRENDI, Edoardo. **Micro-análise e história social**. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgs.). Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro, FGV, 2009, p. 19-38.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia/** James Holston; Tradução Marcelo Coelho. - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

INEP. Disponível em: <https://dados.gov.br/organization/about/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-inep>, acesso em 29 jun., 2022, às 22h40

JORNAL DO BRASIL. **Ministério da educação recruta professores para ensinar em Brasília**. Em 22 de Janeiro de 1960, n.p (ArPDF NOV D-4-1-Z-0029(7) p. 44)

JORNAL DO COMERCIO. **Escolas para cada quadras**. Em 13 de março de 1960.n.p.(ArPDF. NOV D-4-1-Z-0030(7) p.9)

JORNAL DO COMERCIO. **Centros de educação Elementar**. Em 13 de março de 1960.n.p.(ArPDF. NOV D-4-1-Z-0030(7) p.9)

KLEIN, Camilla Façanha. **Ensaio: A história, a infância e o brincar de crianças pequenas**. Camilla Façanha Klein. Brasília: UnB. 2017.p.53

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

KUHLMANN JR. Moysés, M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M., FARIA FILHO, L. M., VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000a, p. 469-496.

KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2001

KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LOMBARDI, J. C. **História e historiografia da educação no Brasil**. Conferência apresentada no III Colóquio do Museu Pedagógico, 17 nov. 2003, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA

LOPES, Eliane M. T; GALVÃO, Ana Maria de O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MAGALHÃES, Suzana Maria do Nascimento, **Culturas escolares prescritas para os centros de ensino elementar do Distrito Federal**: Uma leitura das normas oficiais dos anos 1960 a 1963. Suzana Maria do Nascimento Magalhães; orientador Juarez José T. dos Anjos-Brasília, 2018, 57p.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>. Acesso em 05 jul. 2022.

MICARELLO, Hilda. **Formação de professores da educação infantil: puxando os fios da história**. In. ROCHA, E. A. C.; KRAMER, S. (Orgs). Educação Infantil: enfoques e diálogos. Campinas, SP: Papyrus, 2011, p.432.

MIGNOT, Ana Chrystina V.; SILVA, Alexandra L. da; SILVA, Marcelo G. da. Marcas do tempo nas escolas. In: **Outros tempos, outras escolas**. Ana Chrystina Venâncio Mignot, Alexandra Lima da Silva, Marcelo Gomes da Silva (organizadores). Rio de Janeiro: Quartet: Farperj, 2014.

MORAES, Cleide Fátima de. **As competências legais da gestão do sistema de ensino nos primórdios de Brasília (1959-1960)** /Cleide de Fátima de Moraes; orientador Juarez José Tuchinski dos Anjos-Brasília, 2019, 55p.

MUSEU DA EDUCAÇÃO. **Museu da Educação do Distrito Federal**. Disponível em: <<http://www.museudaeducacao.com.br/cte-37/educacao-ontem/>>Acesso em 02/07/2022.

MUSEU DA EDUCAÇÃO. **Museu da Educação do Distrito Federal**. Disponível em:<<http://www.museudaeducacao.com.br/cte-14/acervo/>>. Acesso em: 01/07/2022

MUSEU DA EDUCAÇÃO. **Museu da Educação do Distrito Federal**. Plano Educacional de Brasília. Disponível em:<http://www.museudaeducacao.com.br/cte-43/plano-educacional-de-brasilia/>Acesso em:02/07/2022

NOVACAP. **Documentos oficiais**. Autorização de pagamento para a empresa M. M. Quadros no valor de Cr. 77.418,00 para pagamento de despesas com máquinas na construção do jardim de infância tipo A em 1960. Em 20 de junho de 1960. (NOV-C-1-2-0060(3) – ArPDF)

OLIVEIRA, Stela Maris Lagos. A legislação e as políticas nacionais para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO, Maria Lucia (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Aracy Roza Sampaio, **Fontes Documentais da História da Educação Escolar no Distrito Federal (1956-1960)**, Aracy Roza Sampaio Pereira; orientador Paulo Ramos Coêlho Filho, Brasília, 2011, 77p.

PEREIRA, Cátia Maria da C. Jardins de Infância em Brasília: o Plano de Construções Escolares de Anísio Teixeira. In: **História e Historiografia da Educação Brasileira: Teorias e Metodologias de Pesquisa**. Francisco Thiago Silva, José Luiz Villar e Lívia Freitas Fonseca Borges (organizadores). Curitiba: Editora Appris, 2020. 187 p.

PEREIRA, E. W.; ROCHA, M. L. F. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. In: PEREIRA, E. W. et al (org.). **Nas Asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa 1956-1984**. Brasília: Universidade de Brasília, p. 27-45, 2011.

PINTO, Viviane F. F.; MULLER, Fernanda; ANJOS, Juarez J. T. dos. Entre o passado e o presente: Contrastes de acesso à educação infantil no Distrito Federal. **Educ.rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e187179, 2018.

PORTAL NOVA ESCOLA. Disponível em: acesso <<https://novaescola.org.br/conteudo/1711/john-dewey-o-pensador-que-pos-a-pratica-em-foco>>.em 28 jun.2022, às 17h38

RAGAZZINI, Dário. “**Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?**”. In: Educar em revista. N.18/2001. Curitiba: Editora UFPR, 2001 p.13-28

REIS, Vanessa de P.; CORDEIRO, Lucilene D. Escolas pioneiras de Brasília: a instalação das primeiras instituições educacionais até a inauguração da nova capital. In: **As Escolas Pioneiras de Brasília (1957-1960)**. Cadernos RCC#20, Brasília - DF, v.7, n.1, março, 2020.

SAPNA Eveline O.; SILVA Veronica da C. O processo de Escolarização do Distrito Federal na década de 1960: O que dizem os jornais. In: **História e Historiografia da Educação Brasileira: Teorias e Metodologias de Pesquisa**. Francisco Thiago Silva, José Luiz Villar e Lívia Freitas Fonseca Borges (organizadores). Curitiba: Editora Appris, 2020. 187 p.

SILVA, Larissa Nunes Bezerra da, **Indícios das Práticas Educativas realizadas nos Jardins de Infância criados na década de 1960 em Brasília** / Larissa Nunes Bezerra da Silva; orientador Etienne Baldez Louzada Barbosa. Brasília, 2020.82 p.

ROS, Beatriz Mendes Chaves. **Entrevista realizada por Francisco Heitor de M. Souza e Cinira Maria Nóbrega**. Transcrição: Paulo Emílio Rodrigues Ferreira. Museu da Educação, Brasília, 2009. (MUDE, 120.2.B4)

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, jan./mar. 1961, p. 195-199.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Curitiba: Copyflet, 2009.

WASCHINEWSKI, Susane Costa; RABELO, Giani. Biblioteca de orientação da Professora Primária do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAAE (1956-1964). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 286-314, jan./abr. 2018.

WEHKE, Elmira Hermano. Entrevista realizada por Eva Waisros Pereira e Cinira Maria Nóbrega. **Museu da Educação do Distrito Federal**, Brasília, 2004. (MUDE, 120.2.E3)